



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SÃO PAULO

ATA DA 1ª REUNIÃO PLENÁRIA

29 DE MARÇO DE 2001

Realizou-se, no dia 29 de março de 2001, das 11:30hs às 12:30hs, no salão promocional da FIESP, Av. Paulista 119, 15º andar, a primeira reunião do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, com a presença dos seguintes prefeitos e representantes:

Na reunião, foram discutidos os seguintes assuntos: ação da declaração e programa de ação do fórum e eleição dos coordenadores do Fórum.

Os prefeitos dispensaram a leitura do documento, que já tinha sido previamente distribuído a todos. Capobianco passou à leituras dos comentários e sugestões ao documento enviados ao Instituto pelos prefeitos Oswaldo Dias (Mauá), Elói Pietá (Guarulho), Celso Giglio (Osasco), Gilberto Arantes (Barueri, através do secretário de Comunicação João Palma) e do prefeito Celso Daniel (Santo André, através do secretário de Combate à Violência Urbana, Édson Sardano). Por solicitação da prefeita Marta Suplicy, o prefeito Elói Pietá explicou sua proposta de unificar os grupos de trabalho do Infocrim e Disque Denúncia, recebendo apoio do prefeito Celso Daniel (Santo André). O prefeito Celso Giglio fez comentário sobre a dificuldade de integração das polícias civis e militar e destas com as guardas municipais.

Foram aprovadas as seguintes sugestões: modificação da redação da abertura da declaração para enfatizar que a diminuição das taxas de crimes violentos não é suficiente para indicar a reversão da tendência histórica de aumento da violência; unificar os grupos de trabalhos do Infocrim e do Disque Denúncia; não subdividir o grupo de trabalho de ações preventivas.

Capobianco abriu a palavra aos prefeitos para discussão da estrutura e funcionamento do fórum.

O prefeito de Suzano, Estevam Galvão de Oliveira, sugeriu que as reuniões do Fórum aconteçam não a cada 3 meses, mas a cada mês, no máximo 45 dias. Disse que o Fórum deveria aproveitar o estímulo dos prefeitos na reunião inaugural para trabalhar o problema da violência intensamente.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, tomou a palavra e disse que, antes de definir o funcionamento do Fórum, deveria ser feita a eleição do coordenador do Fórum. Disse ainda que São Paulo, em ocasiões que reúnem vários prefeitos, sempre toma a dianteira e coordena grupos de trabalho. Acrescentou que, desta vez, para estimular a participação de outros municípios da região, São Paulo abdicaria de disputar algum grupo de trabalho e daria oportunidade a outros prefeitos. Sugeriu o prefeito de Guarulhos, Elói Pietá, para a função de coordenador-geral do Fórum. Acrescentou que depois os prefeitos deveriam revezar-se na função.

Eduardo Capobianco tomou a palavra e perguntou aos prefeitos qual a melhor forma de eleger o coordenador do Fórum. Estevam Galvão respondeu que o processo de escolha poderia se dar por aclamação. O prefeito de Osasco apoiou a proposta. O prefeito de Itapeverica Lacir Balduino indicou o prefeito Celso Giglio para coordenação do Fórum. Celso Giglio declinou, apoiando indicação de Elói Pietá e a proposta de rodízio entre os prefeitos no cargo de Coordenador-Geral.

Elói Pietá declarou que aceitaria a coordenação-geral e, no cargo, daria sugestões aos prefeitos, como a de que todos os municípios devem ter um Conselho de Segurança.

Eduardo Capobianco voltou a abrir a palavra aos prefeitos, e Marta Suplicy afirmou que o coordenador do Fórum deveria permanecer no cargo por pelo menos dois encontros. Celso Giglio propôs um mandato de seis meses. Estevam Galvão sugeriu que o mandato fosse de um ano. O presidente de São Bernardo do Campo, Maurício Soares, concordou com o prazo, assim como a prefeita Marta Suplicy e o representante de Jandira, o coordenador de Segurança Pública Carlos Adriano. Pietá sugeriu que o mandato seja até o final do ano, com o próximo coordenador assumindo em 2002, sugestão prontamente acatada por Celso Giglio. Eduardo Capobianco declarou aclamado coordenador-geral do Fórum o prefeito de Guarulhos, Elói Pietá, com mandato válido até o final de 2001. Prosseguiu com a eleição dos coordenadores dos grupos de trabalho.

O prefeito de Taboão da Serra, Fernando Fernandes, sugeriu que os grupos de trabalho fossem divididos por regiões geográficas. Eduardo Capobianco lembrou que há mais regiões geográficas que grupos de trabalho, mas que a região leste já estava atendida com a aclamação de Pietá para a coordenação-geral. Citou os grupos de trabalho inicialmente considerados: definição do papel das Guardas Municipais, Informações policiais, Prevenção com atuação em áreas de risco e Comunicação Social. Pediu a Celso Giglio que, como presidente da Associação Paulista de Municípios, sugerisse prefeitos para ocupar estes cargos.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Celso Giglio afirmou que não se candidataria pessoalmente, mas defendia os prefeitos da região Oeste. O prefeito de Barueri, Gilberto Arantes, sugeriu o prefeito de Santana de Parnaíba, Sílvio Peccioli, que declarou que aceitaria a função.

O prefeito de Santo André, Celso Daniel, sugeriu o prefeito de São Bernardo do Campo, Maurício Soares, para a coordenação do grupo de trabalho das Guardas Municipais ou de Prevenções com intervenções em áreas de risco. Eduardo Capobianco lembrou que já havia interesse de Santana de Parnaíba de coordenar o grupo das Guardas Municipais, e Celso Daniel sugeriu Maurício Soares para o grupo de ações preventivas. Marta Suplicy observou que caberia a São Paulo coordenar o grupo de Informações Policiais, já que apenas São Paulo tem disponível o Infocrim. Eduardo Capobianco declarou Marta Suplicy aclamada como coordenadora do grupo de Informações Policiais, e prosseguiu questionando quem seria o coordenador do grupo de Comunicação Social.

O prefeito de Itapeverica da Serra, Lacir Baldusco, sugeriu o prefeito de São Lourenço da Serra, Lener do Nascimento Ribeiro. O prefeito de Arujá, Abel Larini, lembrou que a região estava sem um coordenador de grupos de trabalho. Estevam Galvão lembrou que a região leste é muito grande e disse que, mesmo com a coordenação-geral do Fórum, poderia ter outro prefeito coordenando mais um grupo. Os prefeitos da região Norte declararam abrir mão de qualquer função de coordenação. Eduardo Capobianco declarou aclamado Lener do Nascimento para a coordenação do grupo de Comunicação Social e chamou Elói Pietá para conduzir os trabalhos.

Elói Pietá disse que reuniria em breve os coordenadores dos grupos de trabalho e perguntou que grupos de trabalho os prefeitos escolheriam para participar. Celso Daniel defendeu que as prefeituras pudessem participar de todos os grupos. Fernando Fernandes sugeriu que as prefeituras se inscrevessem em todos os grupos, com nomes de diferentes especialistas para cada um deles. Foi decidido que os prefeitos poderiam participar ou indicar representantes para os grupos em que tivessem interesse e que o contato com os prefeitos seria feito pelos coordenadores.

Elói Pietá tomou a palavra e marcou para o dia 28 de junho de 2001, das 9:00hs às 12:00hs, a segunda reunião do Fórum. Perguntou se o encontro poderia realizar-se novamente da Fiesp. Eduardo Capobianco afirmou que poderia ser na Fiesp ou na FCESP.

O prefeito de Diadema pediu a presença do governador e do secretário de Estado na próxima reunião. Elói Pietá acrescentou a presença de um representante do



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

gabinete de Segurança Institucional do governo federal. Fernando Fernandes lembrou que a próxima reunião seria para aprovação das sugestões elaboradas pelos grupos de trabalho, e que seria demasiado prematura a presença do governador na reunião. Elói Pietá concordou.

O prefeito de Cotia, Joaquim Horácio Pedroso Neto, pediu um representante da Fiesp ou da FCESP para estabelecer imediatamente o local da próxima reunião. Eduardo Capobianco reiterou a impossibilidade de tal definição, e Elói Pietá justificou ser importante e mais articulado realizá-la na Capital, para que depois tenha início um rodízio entre os municípios para serem sede das próximas reuniões. Declarou, ainda, aprovada a Carta de Prefeitos com as emendas, agradeceu a confiança depositada nele pela aclamação como coordenador-geral do Fórum, e encerrou a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO PLENÁRIA

28 DE JUNHO DE 2001

Realizou-se no dia 28 de junho de 2001, das 9:00hs às 12:00hs, na Federação do Comércio de São Paulo, a segunda reunião do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador do Fórum, prefeito Elói Pietá (Guarulhos) e contou com a presença dos prefeitos dos seguintes municípios: Arujá, Biritiba Mirim, Caieiras, Cotia, Diadema, Embu, Embu Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica de Serra, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. Contou ainda com a presença do vice prefeito de Osasco e representantes dos seguintes municípios: Barueri, Cajamar, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Santa Isabel, São Caetano do Sul, São Paulo e Suzano, do professor Franz Vanderschueren, coordenador do Projeto Cidades Seguras, do Habitat, ONU e do presidente da diretoria do Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco. Além dos prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião representantes de outras entidades governamentais, incluindo o Ministério da Justiça, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social, Fundação Seade, de organizações da sociedade civil, incluindo o Fórum em Defesa da Vida do Jardim Ângela, o Instituto Sou da Paz, ImagemMágica, Centro de Integração Empresa e Escola, Associação Paulista dos Guardas Municipais, Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo, Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos do ABCD, Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Estado de São Paulo, e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, secretário-executivo, Carolina Ricardo, Helena Massi e Pablo Uchoa).

O coordenador geral do Fórum, Elói Pietá, iniciou os trabalhos com uma saudação aos presentes e uma breve análise das atividades realizadas pelo Fórum desde a 1ª reunião em 29 de março de 2001, ressaltando a importância política da organização dos prefeitos no Fórum Metropolitano. Em seguida, o presidente da diretoria do Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco, que



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

também fez uma saudação aos presentes, em nome do Instituto São Paulo Contra a Violência e do presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo Abram Szajman. Na sua saudação, Capobianco ressaltou os benefícios para a sociedade de uma mobilização e articulação dos prefeitos para desenvolver ações e programas de redução da violência. Em seguida, o coordenador do Programa Cidades Seguras do Habitat, Franz Vanderschueren, apresentou o Programa Cidades Seguras, ressaltando a existência de uma tendência internacional de expansão e fortalecimento da atuação dos municípios na área da segurança pública.

Após a abertura, o secretário executivo do Fórum, Paulo Mesquita, fez uma apresentação do Primeiro Relatório de Atividades, Resultados e Propostas do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, referente ao período de 29 de março a 28 de junho de 2001. Em seguida, o coordenador geral do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), Afonso Lamounier de Moura, apresentou a equipe multidisciplinar de estagiários CIEE que está colaborando com a Secretaria Executiva na organização do Fórum.

Os coordenadores dos quatro grupos de trabalho fizeram um relato das atividades e dos resultados dos seus grupos. O prefeito Maurício Soares (São Bernardo do Campo), coordenador do Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência, apresentou os principais resultados do trabalho do grupo: o Banco de Projetos, que está disponível no website do Fórum (www.forumsp.org.br) e continuará recebendo projetos, o levantamento das 17 áreas com maior número de crimes violentos letais (homicídio e latrocínio) na Região Metropolitana de São Paulo, das quais 7 estão localizadas na cidade de São Paulo, e a proposta de desenvolvimento de um indicador de risco de violência para identificar áreas de risco e acompanhar e avaliar o resultado dos projetos de prevenção à violência.

O prefeito Lener do Nascimento Ribeiro (São Lourenço da Serra), coordenador do Grupo de Trabalho de Comunicação Social, apresentou o logotipo do Fórum, a proposta de campanhas específicas de prevenção à violência a serem realizadas nos dias 01 de setembro e 24 de novembro, cujos temas serão álcool e drogas e inclusão social, além da sugestão da Mostra Metropolitana de Arte Contra à Violência e do prêmio Fórum Metropolitano de Jornalismo. O coordenador do grupo informou ainda que a agência JW Thompson está desenvolvendo a campanha institucional do Fórum e que a DPZ ofereceu-se para contribuir com as campanhas específicas de prevenção à violência. Por fim, anunciou o lançamento do website do Fórum Metropolitano, que foi apresentado ao final da reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

O prefeito Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba), coordenador do Grupo de Trabalho das Guardas Municipais, apresentou a proposta de currículo mínimo para formação dos guardas municipais, um guia prático para constituição de fundos municipais de segurança e um levantamento das propostas de emenda constitucional que alteram a missão das guardas municipais em tramitação no Congresso Nacional.

O Ouvidor da Prefeitura de São Paulo, Benedito Mariano, representando a prefeita Marta Suplicy (São Paulo), coordenadora do Grupo de Trabalho de Informações Criminais, informou que, de acordo com proposta encaminhada ao Fórum pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, os prefeitos que integram o Fórum poderão ter acesso aos dados do Infocrim através da internet. Na cidade de São Paulo, onde o Infocrim já está implantado, o acesso pode estar disponível a partir de setembro. Nas demais cidades da região metropolitana, onde a implantação do Infocrim está prevista para dezembro de 2001, o acesso pode estar disponível a partir de janeiro de 2002. Para viabilização da proposta, segundo a Secretaria da Segurança Pública, as prefeituras precisam colaborar através da disponibilização de equipamento e software para armazenamento de dados, de um mapa de ruas digitalizado e uma lista georeferenciada dos principais equipamentos públicos e privados nos municípios da região metropolitana.

Paulo Mesquita e Guaracy Mingardi, Secretário de Assuntos Extraordinários da Prefeitura de Guarulhos, apresentaram informações detalhadas sobre a forma de acesso aos dados do Infocrim. O prefeito Celso Daniel, de Santo André, enfatizou a necessidade de acesso a dados atualizados, desagregados não apenas por regiões e ruas mas também por horário, para orientar a atuação das prefeituras.

Paulo Mesquita e Guaracy Mingardi informaram ainda que a Secretaria da Segurança Pública está implantando um sistema de planilha eletrônicas para transmissão de dados sobre ocorrências criminais dos distritos policiais para a Secretaria, que permitirá a divulgação dos dados de ocorrências criminais, na região metropolitana, por município, a cada trinta dias. Hoje em dia, estes dados são divulgados apenas por departamentos de polícia, a cada três meses. A Secretaria da Segurança se comprometeu a disponibilizar estes dados às prefeituras assim que o sistema de planilhas eletrônicas estiver implantado, possivelmente a partir de agosto.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Paulo Mesquita e Eduardo Capobianco apresentaram o modelo do cartaz ou adesivo para divulgação do Disque Denúncia (0800 156315) nos municípios, assim como a proposta de disponibilizar às prefeituras os dados do Disque Denúncia juntamente com os dados do Infocrim disponibilizados pela Secretaria da Segurança, e solicitaram o apoio dos prefeitos para implementação da recomendação do GT de Informações Criminais de divulgação do Disque Denúncia na Região Metropolitana.

Após as apresentações dos Grupos de Trabalho, o coordenador Elói Pietá deu início à análise, discussão e aprovação das propostas dos grupos de trabalho. O proposta mais polêmica foi a apresentada pelo GT das Guardas Municipais. O coordenador do grupo, prefeito Silvio Peccioli, apresentou a proposta de apoio à proposta de emenda constitucional 87/99, que atribui poder de polícia à guarda municipal, já aprovada em primeiro turno no Senado Federal, através de ofício enviado aos senadores e entregue em mãos por uma comissão de prefeitos ao primeiro signatário da proposta, senador Romeu Tuma.

O prefeito de Diadema, José de Filippi, manifestou-se contrário à proposta, argumentando que os municípios assumiriam uma responsabilidade sem ter os recursos necessários para exercê-la e que poderia haver diluição da responsabilidade pela segurança pública. O prefeito Silvio Peccioli contra-argumentou que as guardas municipais já desenvolvem atividade de policiamento, que esta é uma exigência da sociedade, e a preocupação do grupo, ao propor o apoio à proposta de emenda constitucional 87/99 é de regularizar e dar fundamento legal para a atuação das guardas municipais. O prefeito Lacir Baldusco (Itapeverica da Serra) propôs que o Fórum organizasse um debate com o senador Romeu Tuma e defensores de outras propostas de emenda constitucional para que os prefeitos formassem uma opinião sobre o assunto. O prefeito de Diadema, José de Filippi, propôs ampliar e prosseguir os debates sobre o tema e decidir a posição do fórum a respeito desta questão na próxima reunião trimestral dos prefeitos. Entre as iniciativas preparatórias da decisão haverá um debate com os defensores das principais propostas de emenda constitucional sobre o papel das guardas municipais, após o qual os prefeitos deveriam decidir se apóiam uma das emendas já existentes ou apresentam uma nova proposta.

As demais propostas do GT das Guardas Municipais, de adoção de um currículo mínimo para formação de guardas municipais, promoção de intercâmbio para



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

formação de guardas municipais e criação de fundos municipais de segurança pública foram aprovadas pelos prefeitos.

Em relação ao GT de Comunicação Social, foi aprovada a proposta de realização de campanhas de prevenção à violência centradas nos temas do álcool e drogas no dia 1º de setembro e no tema da exclusão social no dia 24 de novembro e uma mostra metropolitana de arte contra a violência em dezembro, a proposta de lançamento de uma campanha institucional do Fórum e a proposta de criação do Prêmio Fórum Metropolitano de Jornalismo.

Em relação ao GT de Prevenção à Violência, foi aprovada a proposta de disponibilização dos projetos do Banco de Projetos através do web site e de uma publicação do Fórum, do desenvolvimento de indicadores de risco de violência e identificação de áreas de risco de violência nos municípios da região metropolitana para desenvolvimento de ações e programas de prevenção da violência.

Em relação ao GT de Informações Criminais, foi aprovada a proposta de acordo com a Secretaria da Segurança Pública para disponibilização de dados do Infocrim às prefeituras e confirmada a indicação de uma comissão de representantes de São Paulo, Guarulhos, Diadema e Mairiporã para tratar da viabilização da proposta junto à Secretaria. Foi também aprovada a proposta de divulgação do Disque Denúncia (0800 156315) nos municípios da região metropolitana.

Ao final, a equipe responsável pelo desenvolvimento do web-site do Fórum fez uma apresentação para todos os presentes e informou que o web-site estaria disponível na internet, no endereço www.forumsp.org.br, a partir do dia seguinte (30 de junho).

A próxima reunião do Fórum foi marcada para o dia 27 de setembro, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Nada mais havendo a tratar, o prefeito Elói Pietá agradeceu a presença todos e declarou encerrada a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 3ª REUNIÃO PLENÁRIA

27 DE SETEMBRO DE 2001

Realizou-se no dia 27 de setembro de 2001, das 9:00hs às 12:00hs, na Federação do Comércio de São Paulo, a terceira reunião do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador do Fórum, prefeito Elói Pietá (Guarulhos) e contou com a presença dos prefeitos dos seguintes municípios: Arujá, Caieiras, Franco da Rocha, Jandira, Mairiporã, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra e Taboão da Serra. Contou ainda com a presença dos vices prefeitos dos seguintes municípios: Barueri, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Itapeverica da Serra, Itaquaquecetuba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires e Santo André e representantes dos seguintes municípios: Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu Guaçu, Itapevi, Mauá, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, São Paulo, Suzano e Vargem Grande Paulista e do presidente da diretoria do Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco. Além dos prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião representantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, da FIA – Fundação Instituto de Administração da USP, e de organizações da sociedade civil, incluindo o Instituto Sou da Paz, o Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP, Centro de Integração Empresa e Escola, Associação Paulista dos Guardas Municipais, Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo, e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, secretário-executivo, Carolina Ricardo, Helena Massi e Pablo Uchoa).

O coordenador geral do Fórum, Elói Pietá, abriu a reunião com uma homenagem ao prefeito de Campinas, Toninho do PT, assassinado no dia 10 de setembro, e, em seguida, iniciou os trabalhos do Fórum.

O coordenador do GT das Guardas Municipais, prefeito Silvio Peccioli, colocou em discussão uma moção de apoio à proposta de emenda constitucional 87/99, aprovada em primeiro turno no Senado Federal, segundo a qual “os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal”. Na moção (em anexo), os prefeitos ressaltam a inquestionável



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

responsabilidade do estado pela segurança pública e a importância da colaboração do município nesta área. O Fórum decidiu solicitar reunião com o Governador Geraldo Alckmin a fim de obter o apoio do Governo do Estado para aprovação da emenda constitucional e organizar a visita de uma comissão de prefeitos ao Congresso Nacional para entregar a moção aos senadores e deputados.

O prefeito Lener Ribeiro, coordenador do GT de Comunicação Social apresentou o relatório das atividades desenvolvidas pelos municípios no 1º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência e a campanha elaborada pela DPZ para este dia. O Fórum aprovou a elaboração de uma moção de agradecimento à DPZ, ao CIEE e à Federação do Comércio do Estado de São Paulo pelo auxílio prestado aos trabalhos. Os prefeitos também decidiram adiar o 2º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência para o primeiro semestre de 2002, levando em consideração a proposta de realizar seminários regionais sobre prevenção à violência em novembro de 2001.

Marlene Zola, Assessora Especial de Gabinete do Prefeito Maurício Soares, coordenador do GT de Prevenção à Violência, apresentou o relatório do Banco de Projetos e informou que o mesmo já está na internet no web site do Fórum (www.forumsp.org.br). O Fórum aprovou três propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho: a criação de um Conselho Técnico Consultivo, com representantes do IMES, da FIA/USP, do CEPAM, da Fundação Getúlio Vargas, da Fundação Seade, do NEV/USP e da Faculdade de Saúde Pública da USP; a realização de 5 seminários regionais (São Paulo, Grande Norte, Grande Leste, Grande Sul e Grande Oeste) e uma publicação sobre prevenção à violência na Região Metropolitana de São Paulo. Os prefeitos decidiram que os seminários seriam realizados em novembro nos seguintes municípios: São Paulo; Mairiporã, na região Grande Norte; Suzano, na região Grande Leste; Santo André, na região Grande Sul; e Barueri, na região Grande Oeste.

Quanto ao GT de Informações Criminais, a Secretaria Executiva do Fórum apresentou o orçamento para aquisição dos equipamentos e software necessários ao acesso das prefeituras da Região Metropolitana aos dados e mapas do Infocrim, e duas propostas para divisão dos custos entre municípios da região metropolitana. O Comandante da Guarda Municipal de São Paulo, Josias Sampaio, representante da Prefeita Marta Suplicy, afirmou que a prefeitura de São Paulo não tinha os recursos necessários para aquisição dos equipamentos este ano. Os prefeitos decidiram convocar uma reunião extraordinária para discutir a



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

forma de aquisição dos equipamentos e software. Indagado pelo Prefeito Elói Pietá, o Coronel José Alberto Cunha Couto, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, disse haver no Governo Federal recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Infoseg que poderiam ser utilizados para financiar a aquisição dos equipamentos e do software. O Fórum decidiu então apresentar um projeto ao Governo Federal com este objetivo.

A próxima reunião do Fórum foi marcada para o dia 31 de janeiro de 2002, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, quando deverá ser eleita a nova coordenação. Nada mais havendo a tratar, o prefeito Elói Pietá agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

ANEXO

MOÇÃO DE APOIO À EMENDA CONSTITUCIONAL 87/99

Que permite aos municípios constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações

Considerando que as guardas municipais ou metropolitanas realizam atividades para garantir a segurança das pessoas, sem ainda ter respaldo constitucional e, portanto, sem que esta atividade seja devidamente regulamentada;

Considerando a inquestionável responsabilidade dos estados na segurança pública e que as populações urbanas demandam, além da presença do estado, a presença dos municípios nesta área;

Nós, prefeitos das cidades da Grande São Paulo, reunidos no Fórum Metropolitano de Segurança Pública, reivindicamos o prosseguimento da tramitação e aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Emenda Constitucional 87/99, aprovada em primeiro turno no Senado Federal com amplo apoio dos partidos representados naquela Casa, nos seguintes termos: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços, instalações e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal”.

Consideramos que, após aprovada a emenda, prosseguirá o debate nacional, do qual participaremos, sobre os exatos termos e formas em que poderá se dar a participação dos municípios e suas guardas no serviço de segurança pública.

São Paulo, 27 de setembro de 2001

Fórum Metropolitano de Segurança Pública



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 4ª REUNIÃO PLENÁRIA

20 DE FEVEREIRO DE 2002

Realizou-se no dia 20 de fevereiro de 2002, das 9:00hs às 13:30hs, na Federação do Comércio de São Paulo, a quarta reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Elói Pietá (Guarulhos) e contou com a presença dos prefeitos dos seguintes municípios: Arujá, Biritiba Mirim, Caieiras, Cotia, Diadema, Embu, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e São Lourenço da Serra. Contou ainda com a presença dos vices prefeitos de Barueri, Carapicuíba, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano e Vargem Grande Paulista, do representante do município de São Paulo, Benedito Mariano, e do presidente do Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco. Além dos prefeitos, vice-prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião representantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais José Alberto da Cunha Couto, do Ministério da Justiça, André Dahmer. Estiveram também presentes representantes do Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo, da Fundação Seade, da Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, do Fórum em Defesa da Vida do Jardim Ângela, da Associação Paulista de Guardas Municipais, da Sociedade Brasileira de Psicanálise-São Paulo, Núcleo de Assessoria em Ações Preventivas, Bovespa, Associação Paulista dos Municípios, Fiesp, Sincomércio de São Carlos, Rio Claro, Araçatuba, Catanduva, Sincovam de Mirassol, Sincovat de Tupã, Centro Assistencial Cruz de Malta, Grupo Tortura Nunca Mais, Igreja do Calvário e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, secretário-executivo, Carolina Ricardo e Helena Massi).

O coordenador geral do Fórum, Elói Pietá, abriu a reunião, chamando para compor a mesa os coordenadores dos grupos de trabalho, prefeitos Silvio Peccioli (GT Guardas Municipais), Maurício Soares (GT Prevenção à Violência) e Lener do Nascimento Ribeiro (Comunicação Social), o presidente do Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco, os representantes do Ministério da Justiça, André Dahmer, e do Gabinete de



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Segurança Institucional, José Alberto da Cunha Couto. Em seguida, passou a palavra ao Prefeito Maurício Soares, que fez uma homenagem ao Prefeito Celso Daniel, de Santo André, seqüestrado e assassinado em 20 janeiro de 2002. Em seguida, o prefeito Elói Pietá saudou o Presidente do Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco, e o Prefeito de Embu, Geraldo Cruz, ambos vítimas de atentado, em dezembro e novembro de 2001, lembrando que, nos dois casos, não houve nenhum progresso na investigação do crime por parte da polícia.

Após a apresentação de todos os prefeitos, vice-prefeitos e representantes de prefeitura presentes à plenária, o coordenador geral propôs, e foi aprovada pelos presentes, a seguinte pauta: discussão de propostas emergenciais em face da crise da segurança pública, apresentação e discussão dos relatórios e propostas dos grupos de trabalho, escolha dos novos coordenadores.

O prefeito Elói Pietá fez a apresentação das propostas abaixo, discutidas por prefeitos e representantes de prefeituras presentes à reunião extraordinária do Fórum acontecida dia 21 de janeiro de 2001, em Santo André:

- Criação de um comitê de crise junto ao Gabinete do Governador para coordenar e implementar um programa de redução da violência, com medidas de curto, médio e longo prazo, com participação de representantes do Governo Estadual, do Governo Federal, do Fórum Metropolitano de Segurança Pública e da Sociedade Civil.
- Criação de força-tarefa junto ao Gabinete do Secretário da Segurança Pública para investigar todos os crimes de seqüestro e homicídios praticados por quadrilhas.
- Criação de força tarefa junto ao gabinete do Secretário da Segurança Pública para investigar todos os crimes contra prefeitos, vereadores, líderes políticos e lideranças da sociedade civil.
- Expansão do Infocrim para todo o Estado de São Paulo e imediata disponibilização de informações sobre registros de ocorrências criminais para as prefeituras.
- Aprovação da emenda constitucional que autoriza as guardas municipais a realizar atividades de policiamento.
- Apoio à criação de fóruns metropolitanos e regionais de prefeitos para debater e promover ações de redução da violência.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- Audiência de representantes do Fórum Metropolitano de Segurança Pública com o Governador Geraldo Alckmin para discutir medidas para redução da violência.

A plenária aprovou as propostas e a indicação que a Coordenação solicitasse uma audiência com o Governador Geraldo Alckmin e o secretário da Segurança Pública Saulo de Castro Abreu Filho para apresentação destas propostas e das atividades do Fórum. Em seguida, passou-se a apresentação dos relatórios de atividades e propostas dos grupos de trabalho.

O coordenador do GT das Guardas Municipais, prefeito Silvio Peccioli, colocou em discussão as propostas elaboradas pelo GT e o plenário aprovou a proposta de reafirmar os termos da moção de apoio à proposta de emenda constitucional 87/99, aprovada em primeiro turno no Senado Federal, segundo a qual “os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal”. Ao final da plenária, os prefeitos aprovaram proposta do coordenador geral Elói Pietá, de formar uma nova delegação para levar a moção ao Congresso Nacional, solicitando aos senadores e deputados a inclusão desta proposta de emenda constitucional no conjunto de medidas sobre segurança pública a serem votadas em caráter de emergência pelo Congresso Nacional em março ou abril de 2002. Ficou decidido que o coordenador do Grupo de Trabalho das Guardas Municipais, Silvio Peccioli, tentaria marcar nova audiência com o Presidente do Senado, Ramez Tabet, entre os dias 4 e 7 de março, preferencialmente dia 6 de março, comunicando posteriormente a data marcada aos demais prefeitos que integram o Fórum.

O plenário aprovou também a proposta de formação de uma comissão técnica, com representantes dos departamentos de ensino das guardas municipais e especialistas em educação e formação profissional para avaliar a proposta preliminar de programa para as disciplinas do currículo mínimo do curso de formação de guardas municipais e apresentar proposta definitiva ao Fórum. O representante do Ministério da Justiça, André Dahmer, informou que há recursos disponíveis do Fundo Nacional de Segurança Pública para a formação das guardas municipais e disse que encaminharia à Secretaria Executiva do Fórum, para distribuição aos municípios da região metropolitana, os critérios de seleção e a data limite para apresentação de projetos por parte dos municípios. O representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, José Alberto Cunha Couto, Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais, informou que o governo federal financiou um projeto piloto para treinamento de guardas municipais em São Paulo, através do Projeto Paz nas Escolas, e que o Gabinete de Segurança Institucional pode contribuir com recursos para a formação complementar em direitos humanos para



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

guardas municipais. O prefeito de Jandira, Paulo Barjud, propôs que o Fórum atuasse como articulador de projetos de formação e treinamento das guardas municipais na região metropolitana. O representante da prefeitura de São Paulo, Benedito Mariano, fez a proposta, aceita pela plenária, de que o Fórum desenvolva projetos comuns para aperfeiçoar a formação e treinamento das guardas municipais na região metropolitana, obtendo para isso recursos junto ao governo federal, sem que isso implique que as prefeituras deixem de, individualmente, pleitear recursos para aperfeiçoamento de suas guardas.

O prefeito Maurício Soares, coordenador do GT de Prevenção à Violência apresentou os trabalhos do grupo e o plenário aprovou as seguintes propostas: a continuidade da discussão do Plano Metropolitano de Prevenção à Violência, para ser aprovado na próxima plenária do Fórum, o lançamento do Premio Fórum Metropolitano de Prevenção à Violência, a publicação sobre prevenção e a continuidade do Banco de Projetos no site www.forumsp.org.br.

O prefeito Lener Ribeiro, coordenador do GT de Comunicação Social apresentou e o plenário aprovou a proposta de realização do 2º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência focalizando o tema da inclusão social. Foi estabelecido que o evento será realizado no dia 18 de maio, sábado. Outra proposta aprovada foi a manutenção e aperfeiçoamento do web site do Fórum. A Representante do CONEN (Conselho Estadual de Entorpecentes) informou que iria encaminhar para a Secretaria Executiva do Fórum proposta de capacitação de professores, agentes de saúde e agentes de segurança pública sobre prevenção ao uso de álcool e drogas – tema do 1º Dia Metropolitano de Segurança Pública realizado em 2001.

Quanto ao GT de Informações Criminais, o representante da prefeitura de São Paulo, Benedito Mariano, apresentou o termo de cooperação a ser firmado entre a Secretaria da Segurança Pública e o Fórum para disponibilização dos dados do Infocrim para os municípios da região metropolitana, o termo de adesão dos municípios ao termo de cooperação e a proposta de valores a serem rateados entre os municípios, referentes à Contrapartida antecipada por Guarulhos para assinatura do Convênio com o Ministério da Justiça, através do qual o Fórum recebeu parte dos recursos para aquisição dos equipamentos e softwares necessários para implementação do termo de cooperação. Benedito Mariano fez duas sugestões para aperfeiçoamento do termo de cooperação: primeiro, a disponibilização para os municípios de dados do Infocrim não apenas sobre pontos e logradouros críticos mas sobre todos os pontos de ocorrências criminais registradas pela polícia; segundo, que representantes do Fórum e da Secretaria da Segurança Pública se reunissem periodicamente, a cada dois meses por exemplo, para,



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

com base nos dados do Infocrim, discutir estratégias e ações para redução da criminalidade na região metropolitana.

O secretário executivo do Fórum, Paulo Mesquita, detalhou o conteúdo do termo de cooperação e do termo de adesão, explicando que entre as condições para disponibilização dos dados aos municípios estão o reembolso da Contrapartida à Prefeitura de Guarulhos e o estabelecimento, em conjunto com a Secretaria da Segurança Pública, de um contrato local de segurança definindo ações visando à redução da criminalidade a serem desenvolvidas de forma integrada pelo Estado e pelo Município. Explicou ainda que o termo de cooperação prevê a formação de um Grupo de Administração, com representantes do Fórum e da Secretaria da Segurança Pública, que seria responsável por decisões relativas à sua implementação e monitoramento.

Foi aprovado, então, o rateio entre os municípios da Contrapartida antecipada pela Prefeitura de Guarulhos no convênio com o Ministério da Justiça, levando em consideração a população do município, segundo a tabela abaixo:

TABELA: RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
E DOS MUNICÍPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

Origem	Valor
Fundo Nacional de Segurança Pública	R\$ 439.795,13 (Quatrocentos e Trinta e Nove Mil, Setecentos e Noventa e Cinco Reais e Treze Centavos)
Contrapartida Total dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo	R\$ 87.959,03 (Oitenta e Sete Mil, Novecentos e Cinquenta e Nove Reais e Três Centavos)
Contrapartida Individual dos Municípios com menos de 100 mil habitantes (17 municípios)	R\$ 1.396,18 (Um Mil Trezentos e Noventa e Seis Reais e Dezoito Centavos)
Contrapartida Individual dos Municípios com mais de cem mil habitantes (21 municípios)	R\$ 2.792,35 (Dois Mil Setecentos e Noventa e Dois Reais e Trinta e Cinco Centavos)
Contrapartida Individual dos Municípios com mais de 10 milhões de habitantes (São Paulo)	R\$ 5.584,70 (Cinco Mil Quinhentos e Oitenta e Quatro reais e Setenta Centavos)

OBS: A tabela assume que os recursos da Contrapartida dos Municípios são divididos entre todos os 39 Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, levando em consideração a população de cada município: a contribuição dos municípios com mais de 100 mil habitantes é igual a duas vezes o valor da contribuição dos municípios com menos de 100 mil habitantes e a contribuição dos municípios com mais de 10 milhões de habitantes é igual a quatro vezes a contribuição dos municípios com menos de 100 mil habitantes.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Por fim, passou-se à escolha dos novos coordenadores. Os prefeitos decidiram criar um novo grupo de trabalho, dedicado ao acompanhamento legislativo dos projetos de interesse dos municípios na área da segurança pública. Por consenso, foram escolhidos os seguintes prefeitos para integrar a Coordenação do Fórum no ano 2002:

- Coordenação Geral: Prefeito de Osasco, Celso Giglio (PSDB).
- GT Guardas Municipais: Prefeito de Santana de Parnaíba, Silvio Peccioli (PFL).
- GT Informações Criminais: Prefeito de Guarulhos, Elói Pietá (PT).
- GT Prevenção Social: Prefeito de Mogi das Cruzes, Junji Abe (PSDB).
- GT Comunicação Social: Prefeita de Itapevi, Dalvani Caraméz (PSDB).
- GT de Acompanhamento Legislativo: Prefeito de São Caetano do Sul, Luiz Olinto Tortorello (PTB).

O Prefeito Elói Pietá agradeceu a dedicação e o trabalho realizado por todos os prefeitos que integraram a Coordenação do Fórum, em particular os prefeitos Maurício Soares e Lener do Nascimento Ribeiro, que deixam de integrar a Coordenação em 2002, e passou a palavra ao novo coordenador-geral, Celso Giglio, prefeito de Osasco, para o encerramento da plenária. O Prefeito Celso Giglio agradeceu aos presentes a indicação para a Coordenação Geral, marcou a próxima plenária do Fórum para o dia 23 de maio de 2002, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, e declarou encerrada a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA

23 DE MAIO DE 2002

Realizou-se no dia 23 de maio de 2002, das 9:30hs às 12:30hs, na Federação do Comércio de São Paulo, a quinta reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Celso Giglio (Osasco) e contou com a presença dos prefeitos dos seguintes municípios: Arujá, Caieiras, Embu, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapevi, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Osasco, Poá, Rio Grande da Serra, Santana de Parnaíba, São Caetano do Sul e São Lourenço da Serra. Contou ainda com a presença dos vice-prefeitos de Barueri, Cajamar, Diadema, Itapeverica da Serra, Jandira, Mauá, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, de representantes dos municípios de Cotia, Salesópolis, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. Além dos prefeitos, vice-prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião representantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, do Fórum em Defesa da Vida do Jardim Ângela, do ILANUD, da Polícia Militar, da Associação Paulista de Guardas Municipais, do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Osasco, do Núcleo de Estudos da Violência da USP e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, secretário-executivo, Carolina Ricardo e Helena Massi).

O coordenador geral do Fórum, prefeito Celso Giglio, abriu a reunião e convidou para a mesa os coordenadores dos grupos de trabalho: prefeitos Elói Pietá (Gt de Informações Criminais), Silvio Peccioli (GT Guardas Municipais), Junji Abe (GT Prevenção da Violência), Dalvani Caraméz (GT Comunicação Social) e Luiz Tortorello (GT Acompanhamento Legislativo). Convidou também para a mesa os representantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, José Alberto da Cunha Couto, e da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Pierre de Freitas.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

O coordenador Celso Giglio, antes de passar à discussão das propostas de cada grupo de trabalho, colocou em votação a proposta, aprovada por todos os presentes, de realização da sexta plenária do Fórum no dia 22 de agosto de 2002.

Em seguida, passando à apresentação das propostas do GT de informações criminais, o coordenador Celso Giglio solicitou ao secretário executivo do Fórum, Paulo Mesquita, que fizesse a leitura da minuta do Protocolo de Intenções entre a Secretaria da Segurança Pública e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo para a disponibilização dos mapas temáticos do Sistema Infocrim e o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.

Feita a leitura e a discussão da minuta do Protocolo de Intenções, foram aprovadas, pelos prefeitos presentes à plenária e pelo representante da Secretaria da Segurança Pública, Pierre de Freitas, as seguintes propostas para modificação do texto:

1. O Protocolo de Intenções deve ser assinado pelo Secretário da Segurança Pública e pelos prefeitos de todos os municípios da Região Metropolitana de São Paulo -não apenas pelos seis coordenadores do Fórum.
2. Os municípios devem ceder os equipamentos (Servidor de Aplicação e Servidor de Dados) por um prazo de cinco anos e não doar os equipamentos para a Secretaria da Segurança Pública.
3. O Grupo de Administração deve ser composto por 2 representantes indicados pela SSP, 2 representantes indicados pelos Municípios da Região Metropolitana, 1 representante do Instituto São Paulo Contra a Violência, 1 representante da Coordenadoria dos Consegs.
4. Na cláusula referente ao sigilo das informações, deve ser especificado que o sigilo diz respeito única e exclusivamente aos mapas temáticos dos Sistema Infocrim e que a distribuição ou divulgação dos mapas temáticos requer expressa autorização do Secretário da Segurança Pública ou da pessoa a quem ele delegar esta prerrogativa (para deixar indicada claramente a possibilidade de delegação desta prerrogativa pelo Secretário).

Os prefeitos e o representante da Secretaria da Segurança Pública Pierre de Freitas concordaram que o Protocolo de Intenções deveria ser assinado pelo Secretário e pelos Prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo, se possível em reunião com a presença do Governador do Estado, Geraldo Alckmin.

Foi acertado que os representantes da Secretaria da Segurança Pública providenciariam as modificações no texto do Protocolo de Intenções e verificariam



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

com o Secretário da Segurança Pública e o Governador do Estado a data para assinatura do Protocolo de Intenções. Foi acertado ainda que a Secretaria da Segurança Pública prepararia a minuta do convênio a ser assinado entre cada Município e a Secretaria da Segurança Pública para viabilizar a implementação do Protocolo de Intenções.

O coordenador do GT de Informações Criminais, Elói Pietá, informou que os equipamentos para viabilizar a implementação do protocolo de Intenções devem ser adquiridos pela Prefeitura de Guarulhos através de licitação e que devem estar disponíveis até julho de 2002.

Os representantes da Secretaria da Segurança Pública, Pierre de Freitas e Carlos Fidalgo, informaram que a expansão do Infocrim –já implantado no município de São Paulo- para os outros 38 municípios da Região Metropolitana deve acontecer entre julho e outubro de 2002. Informaram ainda que os mapas temáticos do Infocrim estarão disponíveis para o município de São Paulo em julho de 2002 e para os demais municípios da Região Metropolitana entre julho e outubro de 2002.

Terminada a discussão do Protocolo de Intenções, o coordenador Celso Giglio passou a palavra à coordenadora do GT de Comunicação Social, prefeita Dalvani Caraméz. A prefeita Dalvani Caraméz fez um relato do 2º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, que contou com o apoio de uma campanha publicitária desenvolvida pela agência McCann Erickson centrada no lema “Cidade TÔ Dentro”. A prefeita Dalvani Caraméz informou que 33 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo desenvolveram atividades sobre o tema da inclusão social e da prevenção da violência no dia 18 de maio de 2002 e avaliou como um sucesso a realização do 2º Dia Metropolitano.

Em seguida, a prefeita Dalvani Caraméz apresentou duas propostas do GT de Comunicação Social: 1) a elaboração de um boletim informativo do Fórum Metropolitano, bimestral, com a finalidade de divulgar informações sobre o Fórum nos Municípios da Região Metropolitana; 2) a realização de uma Mostra Metropolitana de Prevenção da Violência, na segunda quinzena de agosto, em um local central, como, por exemplo, o Memorial da América Latina, para apresentação de trabalhos escolares sobre prevenção da violência, selecionados em cada município durante o 2º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência. As duas propostas foram aprovadas pela plenária. Para elaboração do primeiro número do boletim, foi aprovada a formação de uma comissão integrada por representantes de Itapevi, Osasco, Carapicuíba e Guarulhos.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Para encerrar a apresentação do GT de Comunicação Social, foi passado um vídeo com as matérias veiculadas pela TV Globo sobre o 2º Dia Metropolitano, focalizando as atividades realizadas em Santo André, Guarulhos e Osasco.

No GT das Guardas Municipais, o coordenador Silvio Peccioli, informou que a Proposta de Emenda Constitucional 87/99, apoiada pelo Fórum Metropolitano, foi aprovada em 2º turno, com 60 votos favoráveis, no dia 24 de abril de 2002. O prefeito Silvio Peccioli apresentou proposta, aprovada pelos presentes, de uma audiência dos prefeitos da Região Metropolitana com o Presidente e o Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados para manifestação de apoio do Fórum Metropolitano à aprovação da PEC 87/99 na Câmara. Por sugestão dos prefeitos, a audiência deveria se realizar o mais rapidamente possível, preferencialmente numa quarta-feira, na primeira ou segunda semana de junho de 2002. O coordenador do GT se comprometeu a solicitar a audiência e comunicar a data à Secretaria Executiva do Fórum e aos demais prefeitos.

O coordenador do GT de Acompanhamento Legislativo, prefeito Luiz Tortorello, informou que realizou levantamento das propostas legislativas tramitando nas esferas municipal, estadual e federal relativas à segurança pública e de interesse dos municípios. O prefeito apresentou proposta, aprovada pelos presentes, de realização de uma reunião GT de Acompanhamento Legislativo no próximo dia 18 de junho, às 10 horas, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, para apresentação e discussão das propostas legislativas de interesse dos municípios.

O secretário executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência, Paulo Mesquita informou que a representante de São Bernardo do Campo, Marlene Zola, enviou para o Fórum o relatório final da Comissão Especial de Segurança Pública no Congresso Nacional –que está à disposição de todos no Instituto São Paulo Contra a Violência e será incluído no web-site do Fórum Metropolitano.

No GT de Prevenção da Violência, o coordenador Junji Abe apresentou um breve relato da Oficina de Prevenção da Violência na Região Metropolitana organizada pelo Fórum Metropolitano em parceria com a Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam.

Em seguida, o prefeito Junji Abe apresentou a minuta do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência, que foi aprovado pelos presentes, com algumas sugestões de aperfeiçoamento da redação. Os prefeitos presentes à plenária aprovaram também proposta de entrega do Plano Metropolitano ao Governador



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Geraldo Alckmin (possivelmente durante a assinatura do Protocolo de Intenções entre a Secretaria da Segurança Pública e os Municípios da Região Metropolitana) e a representantes do Governo Federal (Ministério da Justiça e Gabinete da Segurança Institucional, possivelmente no dia da visita dos prefeitos a Brasília para audiência com o Presidente e Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados).

O coordenador do GT apresentou duas novas propostas: 1) realizar oficinas regionais de prevenção ao uso de drogas, em parceria com o PIAPS; 2) produzir um vídeo apresentando o melhor projeto de prevenção da violência de cada um dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. As duas propostas foram aprovadas pela plenária. Paulo Mesquita sugeriu que o vídeo fosse realizado em parceria com o GT de Comunicação Social e apresentado durante a Mostra Metropolitana de Prevenção da Violência.

Além destas propostas, o GT de Prevenção da Violência deve continuar a trabalhar na atualização do Banco de Projetos também trabalhar na definição de formas de monitoramento e avaliação da implementação das diretrizes do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência.

Paulo Mesquita apresentou os quadros com estatísticas criminais no Estado de São Paulo e nos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, referentes aos anos de 2001, 2000 e 1999, incluídos no relatório de atividades, resultados e propostas 4. Ressaltou que a divulgação das estatísticas criminais por município foi um resultado da mobilização dos Municípios através do Fórum Metropolitano. Destacou ainda que, de acordo com as estatísticas apresentadas, sete municípios da região metropolitana registraram declínio nas taxas de homicídio e de roubo e furto de veículos por dois anos consecutivos: Barueri, Biritiba-Mirim, Cajamar, Diadema, Francisco Morato, Guarulhos e São Lourenço da Serra.

Nada mais havendo a ser tratado, o Prefeito Celso Giglio agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 6ª REUNIÃO PLENÁRIA

22 DE AGOSTO DE 2002

Realizou-se no dia 22 de agosto de 2002, das 9:30hs às 12:00hs, na Federação do Comércio de São Paulo, a sexta reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Celso Giglio (Osasco), e contou com a presença dos seguintes prefeitos: Joaquim Horácio Pedroso Neto (Cotia), José de Filippi Jr (Diadema), Walter Antônio Marques (Embu Guaçu), Elói Pietá (Guarulhos), Dalvani Caraméz (Itapevi) e Maria Inês Soares Freire (Ribeirão Pires). Contou ainda com a presença dos vice-prefeitos de Barueri, São Lourenço da Serra e Suzano e de representantes dos municípios de Cajamar, Embu, Itapeçerica da Serra, Jujutiba, Mogi das Cruzes, Rio Grande da Serra, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo e Vargem Grande Paulista. Além dos prefeitos, vice-prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião os representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública, da Associação Paulista dos Integrantes e Funcionários das Guardas Municipais, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), a gerente do Plano de Integração e Acompanhamento de Projetos Sociais (PIAPS) em São Paulo e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, secretário-executivo, Carolina Ricardo e Helena Massi).

O coordenador geral do Fórum, prefeito Celso Giglio, abriu a reunião e convidou para a mesa os coordenadores dos grupos de trabalho presentes, prefeitos Elói Pietá (GT de Informações Criminais) e Dalvani Caraméz (GT Comunicação Social).

O coordenador Celso Giglio, antes de passar à apresentação do relatório e discussão das propostas de cada grupo de trabalho, apresentou os resultados de uma pesquisa de opinião sobre a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios na resolução dos problemas de segurança pública. Giglio fez também um resumo das principais atividades desenvolvidas pelo Fórum Metropolitano no último trimestre:



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- A assinatura do protocolo de intenções entre o Estado de São Paulo e os Municípios da Região Metropolitana, referente à disponibilização dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim para subsidiar o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência;
- A missão dos prefeitos à Brasília, para entregar a autoridades federais a moção de apoio do Fórum Metropolitano à Proposta de Emenda Constitucional 87/99, que autoriza as guardas municipais a realizarem atividades de policiamento, e o Plano Metropolitano de Prevenção da Violência;
- A organização da Mostra Metropolitana de Prevenção da Violência.

O coordenador do GT de Informações Criminais, prefeito Elói Pietá, informou que a Prefeitura de Guarulhos já recebeu os dois equipamentos (dois servidores) e dois dos três softwares (SQS e Oracle) necessários para implementação do Protocolo de Intenções. Informou também que receberá o terceiro software (Coldfusion) e repassará todos os equipamentos e softwares para a Secretaria da Segurança Pública até o final de setembro.

Os representantes da Secretaria da Segurança Pública, Zaqueu Sofia e Carlos Fidalgo, informaram que todas as delegacias de polícia da Região Metropolitana deverão estar informatizadas e prontas para integração ao Sistema Infocrim até o final de outubro. Informaram também que o processo de desenvolvimento dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim está bastante avançado e que Secretaria da Segurança Pública precisará de 1 (um) mês, a contar da data do recebimento dos equipamentos e softwares adquiridos pela Prefeitura de Guarulhos, para colocar em operação o sistema que permitirá o acesso das prefeituras aos mapas das ocorrências criminais do Sistema Infocrim. Assim, se a Prefeitura de Guarulhos entregar os equipamentos e softwares para a Secretaria da Segurança Pública até o final de setembro, a Prefeitura de São Paulo, Município onde o Sistema Infocrim já está implantado, poderá ter acesso aos mapas das ocorrências criminais até o final de outubro.

O prefeito Elói Pietá introduziu a discussão acerca da indicação dos representantes do Fórum para o Grupo de Administração que acompanhará a implementação do Protocolo de Intenções. Elói Pietá sugeriu o nome do Secretário de Segurança Pública da Prefeitura de Guarulhos, Guaracy Mingardi, para representar o Fórum Metropolitano no Grupo de Administração, explicando que Guaracy acompanhou, juntamente com o Secretário Executivo, Paulo



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Mesquita, todo o processo de negociação do protocolo de Intenções com a Secretaria da Segurança Pública.

O prefeito de Cotia, Joaquim Horácio Pedroso Neto, indicou o Secretário de Segurança Pública do Município, Plaisant Castelo Branco, para representar o Fórum Metropolitano no Grupo de Administração. Jairo Camilo, da Prefeitura de Osasco, indicou Marlene Zola, representante do prefeito de São Bernardo do Campo. Marlene Zola agradeceu a indicação, mas afirmou que a Prefeitura de São Bernardo não pleiteava representar o Fórum Metropolitano no Grupo de Administração.

A plenária aprovou a indicação de Guaracy Mingardi (Guarulhos) e Plaisant Castelo Branco (Cotia) para fazer parte do Grupo de Administração, juntamente com o representante do Instituto São Paulo Contra a Violência, dois representantes da Secretaria da Segurança Pública e um representante da Coordenadoria dos Consegs. Os prefeitos decidiram também que os representantes do Fórum Metropolitano no Grupo de Administração exercerão esta função até a eleição e posse da próxima Coordenação do Fórum, quando os prefeitos deverão decidir a permanência ou substituição dos representantes do Fórum Metropolitano no Grupo de Administração.

Zaqueu Sofia, representante da Secretaria da Segurança Pública, informou que posteriormente fornecerá os nomes dos representantes da Secretaria da Segurança e da Coordenadoria dos Consegs no Grupo de Administração.

A representante da assessoria jurídica da Secretaria da Segurança Pública, Elaine Ghersel, reiterou a necessidade de assinatura de um convênio entre cada um dos Municípios da Região Metropolitana e a Secretaria da Segurança Pública para a implementação do protocolo de Intenções. Carlos Fidalgo, entretanto, afirmou que o trabalho técnico para a instalação dos equipamentos cedidos pela Prefeitura de Guarulhos poderá ser feito antes da assinatura dos convênios.

O prefeito de Guarulhos, Elói Pietá, afirmou que a Lei Orgânica do Município não exige aprovação da Câmara Municipal para assinatura de convênios pela Prefeitura e que Guarulhos não assinará o convênio caso o Governo do Estado exija para a sua assinatura a aprovação da Câmara Municipal. Disse que este problema já surgiu em dois outros convênios para serem assinados entre a Prefeitura de Guarulhos e o Governo do Estado.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

A dra. Elaine Ghersel explicou que há um decreto estadual exigindo a aprovação da Câmara Municipal para o estabelecimento de convênio entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Explicou ainda que, enquanto este decreto estiver em vigor, a assinatura de convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura, sem passar pela aprovação da Câmara Municipal, depende de um ato do Governador dispensando a Prefeitura da exigência do decreto (que dispõe sobre a necessidade da aprovação da Câmara Municipal para assinatura do convênio). A representante da assessoria jurídica da Secretaria da Segurança disse que iria elaborar a minuta de convênio entre o Município e o estado e verificar a possibilidade de dispensa da aprovação da Câmara Municipal para assinatura do convênio.

A representante do prefeito de Santana de Parnaíba, Silvio Peccioli, coordenador do GT de Guardas Municipais, Cecília Françoso, apresentou os resultados dos trabalhos do GT: a missão à Brasília e o levantamento das ocorrências criminais registradas pelas guardas municipais realizado pela Secretaria Executiva do Fórum. O Secretário Executivo do Fórum, Paulo Mesquita, ressaltou a falta de compatibilidade dos sistemas de registro de ocorrências e o número relativamente baixo de ocorrências registradas pelas guardas municipais da região metropolitana e propôs a constituição de uma comissão para padronizar e aperfeiçoar os sistemas de registro de ocorrências das guardas municipais da região metropolitana. Propôs também que a comissão estudasse a possibilidade de compatibilizar estes sistemas com os sistemas de registro de ocorrências da polícia civil e da polícia militar, a fim de que as informações das guardas pudessem ser integradas ao Sistema Infocrim e aos mapas de ocorrências criminais que serão disponibilizados para as Prefeituras.

Os prefeitos e vice-prefeitos presentes à plenária aprovaram a proposta, mas decidiram que, ao invés de criar uma comissão na plenária, o GT de Guardas Municipais deveria convocar uma reunião para formar a comissão e dar início aos trabalhos. A prefeitura de Santana de Parnaíba ficou responsável por chamar uma reunião do GT das Guardas. Foi decidido também que representantes das polícias civil e militar seriam convidados a participar da comissão.

O coordenador-geral, prefeito Celso Giglio, representando o prefeito de São Caetano, Luiz Olinto Tortorello, coordenador do GT de Acompanhamento Legislativo, apresentou as propostas de dar continuidade à coleta e análise dos projetos de lei relativos à segurança pública em tramitação nas Câmaras Municipais da Região Metropolitana de São Paulo e de definir temas sobre os quais existam projetos de leis relevantes para discussão e aprovação dos prefeitos



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

e posicionamento do Fórum, como, por exemplo, projetos de lei que restringem a comercialização de bebidas alcoólicas.

João Palma, Secretário de Cultura de Barueri, convidou todos os presentes para participar de um Fórum sobre Álcool e Violência, em Barueri, no próximo dia 26 de setembro, durante o qual serão discutidos os resultados de um ano da lei que restringe o funcionamento de bares após as 23 horas no município.

O representante do Prefeito de Mogi das Cruzes, Junji Abe, coordenador do GT de Prevenção da Violência, Isidoro Dori Boucault, apresentou as propostas do Grupo: Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência – Cidade TÔ Dentro” (em conjunto com o GT de Comunicação Social), dias 12 e 13 de setembro de 2002, no Parlatino, em São Paulo; lançamento do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência, na abertura da Mostra Metropolitana; elaboração e publicação do Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo; e o acompanhamento da implementação do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência em cada município do Fórum Metropolitano. Entretanto, solicitou a coordenadora do GT de Comunicação Social, prefeita de Itapevi, Dalvani Caraméz, que detalhasse a proposta da Mostra Metropolitana.

A Prefeita Dalvani Caraméz apresentou as propostas do GT: Realização da “Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência – Cidade TÔ Dentro”, dias 12 e 13 de setembro de 2002, no Parlatino, em São Paulo; o lançamento do vídeo “Cidade TÔ Dentro”, durante a Mostra Metropolitana; o convite aos candidatos ao Governo do Estado para participar da abertura da Mostra Metropolitana, receber o Plano Metropolitano de Prevenção da Violência e expor suas propostas em relação ao papel dos municípios na área da segurança pública; e o lançamento do Boletim Informativo do Fórum.

A plenária decidiu que somente os dois principais candidatos ao Governo do Estado deveriam ser convidados a participar da abertura da Mostra Metropolitana e que a Mostra deveria ser adiada e realizada após o primeiro turno e antes do segundo turno das eleições (entre os dias 06 e 27 de outubro). O Prefeito Elói Pietá sugeriu consultar previamente a agenda dos principais candidatos antes de marcar a data. Paulo Mesquita explicou que a nova data dependeria da disponibilidade do espaço no Parlatino. O representante de São Paulo, Benedito Mariano, disse que poderia verificar a possibilidade de realização da Mostra no Anhembi.

A plenária discutiu a melhor forma de os municípios contribuírem financeiramente para a realização da Mostra. Sendo o Instituto São Paulo Contra a Violência a entidade que firmará o contrato com o Parlatino e com o artista plástico que



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

montará a exposição, é preciso que as prefeituras repassem a quantia necessária para cobrir os custos do evento. A plenária decidiu que as prefeituras que participam da Mostra Metropolitana deverão contribuir com R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma para a realização da Mostra, quantia que deverá ser entregue ao Instituto até o dia 04 de setembro. Durante a plenária, comprometeram-se a contribuir com R\$ 1.000,00 (mil reais) os prefeitos, vice-prefeitos e representantes das prefeituras de Mogi das Cruzes, Osasco, Barueri, Cotia, Suzano, Santana de Parnaíba, São Paulo, São Bernardo do Campo, Itapevi, São Lourenço da Serra e Embú-Guaçu.

A prefeita Dalvani Caraméz informou que a agência de publicidade Mccann Erikson produzirá o filme “Cidade TÔ Dentro”, para exibição durante a mostra metropolitana, sem custos para o Fórum. O prefeito Celso Giglio lamentou o fato de não haver possibilidade de cada um dos 39 prefeitos gravarem depoimentos para o filme.

A próxima plenária do Fórum foi marcada para o dia 28 de novembro de 2002, na Federação do Comércio de São Paulo.

Nada mais havendo a ser tratado, o Prefeito Celso Giglio agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 7ª REUNIÃO PLENÁRIA

28 DE NOVEMBRO DE 2002

Realizou-se no dia 28 de novembro de 2002, das 9:30hs às 12:00hs, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, Av. Paulista 119, a sétima reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Celso Giglio (Osasco), e contou com a presença dos seguintes prefeitos: Abel José Larini (Arujá), Elói Pietá (Guarulhos), Lacir Baldusco (Itapeverica da Serra), Antonio Jair O. Nascimento (Mairiporã), Francisco Rodrigues (Salesópolis), Luiz Olinto Tortorello (São Caetano do Sul) e Lener do Nascimento Ribeiro (São Lourenço da Serra). Contou ainda com a presença dos vice-prefeitos de Embu, Pirapora do Bom Jesus e Ribeirão Pires e de representantes dos municípios de Barueri, Diadema, Itapevi, Mauá, Mogi das Cruzes, Poá, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo, Suzano e Vargem Grande Paulista. Além dos prefeitos, vice-prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião o assessor especial do Secretário de Estado da Segurança Pública, Pierre de Freitas, representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça), da Secretaria de Acompanhamento Institucional do Gabinete de Segurança Institucional (Presidência da República), do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, secretário-executivo, Carolina Ricardo e Helena Massi).

O coordenador geral do Fórum, prefeito Celso Giglio, abriu a reunião convidando para compor a mesa os coordenadores dos grupos de trabalho presentes, prefeitos Elói Pietá (GT de Informações Criminais) e Luiz Olinto Tortorello (GT Acompanhamento Legislativo), os representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Pierre de Freitas, do Gabinete de Segurança Institucional, José Alberto Cunha Couto, e o secretário-executivo do Fórum Metropolitano, Paulo Mesquita.

De início, o coordenador Celso Giglio submeteu à aprovação da plenária a proposta de realização da próxima plenária e de eleição da nova Coordenação do Fórum no dia 27 de fevereiro de 2003. A proposta foi aceita por todos.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Em seguida, o coordenador passou a palavra para o representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Pierre de Freitas, que apresentou um relato do processo de expansão do Sistema Infocrim para todos os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e da disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para as prefeituras municipais. Informou que houve atraso no processo de implantação do Sistema Infocrim na região Metropolitana devido à necessidade de refazer a licitação dos equipamentos. A licitação teria sido feita inicialmente pela Prodesp, mas, seguindo orientação da assessoria jurídica do governo, teria que ser feita pela Secretaria de Estado da Segurança Pública. Disse ainda que teria havido contestação da licitação por empresas participantes do processo. Disse, por fim, que estas questões já foram superadas e o Sistema Infocrim deverá estar implantado em toda Região Metropolitana até o final de janeiro.

Quanto a disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para as prefeituras municipais, Pierre de Freitas explicou que foram encontrados problemas técnicos no equipamento entregue à Secretaria da Segurança Pública pela Prefeitura de Guarulhos, em nome do Fórum Metropolitano. Informou que estes problemas também já foram superados e seria possível assinar nos próximos dias o convênio entre a Secretaria da Segurança Pública e a Prefeitura de São Paulo e começar a disponibilizar os mapas para os municípios que já têm o Sistema Infocrim.

Ao final da plenária, foi marcada para o dia 10 de dezembro, às 10hs, no 13º andar da sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a primeira reunião do Grupo de Administração responsável pela implementação do protocolo de intenções assinado entre o Governo do Estado e os municípios da Região Metropolitana, referente a disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para subsidiar o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência. Pela Secretaria da Segurança Pública, informou Pierre de Freitas, participarão do Grupo de Administração o Tenente-Coronel Alberto Lubi Policastro e o Delegado José Alberto/Carlos Soares. Pelos Municípios da Região Metropolitana, conforme decidido na plenária de 22 de agosto de 2002, participarão do Grupo de Administração os secretários de segurança urbana de Guarulhos e Cotia, Guaracy Mingardi e Plaisant Castelo Branco. Pela Coordenadoria dos Conselhos Comunitários de Segurança, participará o assessor especial Pierre de Freitas. Pelo Instituto São Paulo Contra a Violência, o secretário-executivo Paulo Mesquita.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Foi decidido ainda que, nesta primeira reunião do Grupo de Administração, deverá ser aprovado o modelo de convênio a ser assinado entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais e definida a data para assinatura do convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo, que deve acontecer preferencialmente antes do Natal e com a participação do Governador Geraldo Alckmin e da Prefeita Marta Suplicy. Para isso, as assessorias da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Prefeitura de São Paulo deveriam preparar a minuta do convênio a ser assinado pelas partes e apresentá-lo na reunião do Grupo de Administração.

O coordenador do Grupo de Trabalho de Informações Criminais, prefeito Elói Pietá, apresentou uma breve análise das estatísticas sobre ocorrências de crimes registrados pela polícia nos municípios da Grande São Paulo, entre janeiro de setembro de 2000, 2001 e 2002, divulgadas pela Secretaria da Segurança Pública e sistematizadas pelo Instituto São Paulo Contra a Violência. Ele sugeriu que, na apresentação das estatísticas, sejam apresentados não apenas os números absolutos de crimes, mas também os índices de crimes por 10 mil habitantes, para cada municípios, para que os dados possam ser efetivamente comparados. Paulo Mesquita esclareceu que, para a próxima plenária do Fórum, em fevereiro de 2003, todas as taxas poderão ser calculadas, pois os dados anuais provavelmente já terão sido disponibilizados pela Secretaria da Segurança. Elói Pietá afirmou que é preciso que os municípios se preparem para receber, analisar e utilizar as informações do Sistema Infocrim, a fim de que estas informações possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de programas de prevenção da violência e para redução da violência nos municípios da Região Metropolitana.

O representante de Barueri, João Palma, sugeriu que os dados estatísticos apresentados na plenária do Fórum Metropolitano incluam, além de homicídios, roubo e furto de veículos, roubos e furtos, as tentativas desses crimes, agressões e outros crimes relevantes para a compreensão do fenômeno. Sugeriu ainda que os municípios recebam um treinamento e formação para o uso das informações do Infocrim. Paulo Mesquita lembrou que o protocolo de intenções prevê a capacitação para uso do equipamento do Infocrim pelos municípios. Em relação ao treinamento, Carolina Ricardo lembrou que uma das propostas do grupo de trabalho de prevenção da violência, aprovada posteriormente pela plenária, é justamente a realização de oficinas para capacitar as prefeituras e incentivar o desenvolvimento de planos e programas municipais de prevenção da violência, visando à implementação das diretrizes do Plano Metropolitano de Prevenção da



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Violência e do Protocolo de Intenções assinado entre o Governo do Estado e os municípios da Região Metropolitana.

O prefeito de São Caetano do Sul, Luiz Olinto Tortorello, coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento Legislativo, informou que o GT realizou uma reunião e definiu três propostas para serem apresentadas à plenária. A primeira delas diz respeito à recomendação para que todos os municípios da região Metropolitana adotem leis regulando o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas, determinando, respeitadas as características de cada município, o seu fechamento no horário noturno, a partir das 22, 23 ou 24 horas, até às 6 horas da manhã. A proposta foi aprovada pelos prefeitos presentes na plenária.

As outras duas propostas diziam respeito aos problemas dos desmanches e comércio de peças de veículos roubados e furtados e da locação de imóveis para uso como cativo em ações de seqüestros. O coordenador do grupo trabalho fez a leitura de dois ofícios apresentando propostas que poderiam ser enviados ao Ministro da Justiça. No caso da locação de imóveis para uso como cativo, a proposta seria a aprovação de lei federal obrigando os locatários e locadores a registrar na delegacia de polícia todos os novos contratos de locação, sendo a desobediência da lei punida com pena de 1 a 3 anos de reclusão. No caso dos desmanches e comércio de peças de veículos roubados e furtados, a proposta seria a aprovação de lei federal obrigando as empresas a solicitar autorização para funcionamento e comprovar a procedência das peças junto às delegacias de polícia, sendo a desobediência à lei punida com pena de 1 a 3 anos de reclusão.

O vice-prefeito de Ribeirão Pires, Jair Diniz, sugeriu que as propostas deveriam ser enviadas não apenas ao Ministro da Justiça, mas também à bancada paulista na Câmara dos Deputados. Paulo Mesquita questionou se as propostas já tinham sido discutidas com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma vez que a implementação das duas leis federais propostas dependeria das polícias civis e seria importante analisar os custos para a implementação e a eficácia das duas leis. O representante de Santo André, Gilberto Precinotti, indagou se as exigências de registro de contratos de locação e desmanches nas delegacias de polícia não iria sobrecarregar ainda mais os distritos policiais e desviar os policiais de sua missão principal que é a investigação criminal. O prefeito Celso Giglio disse que não caberia ao Fórum Metropolitano discutir a possibilidade de implementar as leis, mas em obter sua aprovação. Pierre de Freitas complementou afirmando que o registro dos contratos de locações e desmanches nos distritos policiais servirá



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

como mais um instrumento à disposição da polícia para investigar crimes. Pierre de Freitas informou ainda que os dois temas já foram discutidos no âmbito da Secretaria da Segurança Pública e que já há um projeto de lei em tramitação da Assembléia Legislativa do Estado referente à locação de imóveis. Carolina Ricardo indagou se a proposta era efetivamente criminalizar a conduta de não registrar os contratos de locação nas delegacias e estabelecer pena de 1 a 3 anos de reclusão. O prefeito Luiz Olinto Tortorello respondeu que sim e que era preciso severidade na punição. Ao final, a plenária decidiu que o Fórum Metropolitano deveria preparar propostas para serem enviadas ao Ministério da Justiça, Bancada Paulista no Congresso Nacional, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Assembléia Legislativa do Estado.

Dori Boucault, representante do prefeito de Mogi das Cruzes, Junji Abe, coordenador do Grupo de Trabalho de Prevenção da Violência, apresentou a proposta de acompanhar a implementação das diretrizes do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência em cada município do Fórum Metropolitano. Passou em seguida a palavra para Carolina Ricardo, do Instituto São Paulo Contra a Violência e da Secretaria Executiva do Fórum. Carolina informou que, conforme decisão da plenária anterior, realizada em 22 de agosto de 2002, os grupos de prevenção da violência e de comunicação social trabalharam na organização da Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência entre setembro e outubro de 2002. Explicou que a mostra acabou não se realizando, por decisão da comissão organizadora, em conjunto com os coordenadores do Fórum Metropolitano, devido ao acúmulo de trabalho durante as eleições presidenciais e estaduais.

Por fim, Carolina apresentou outras propostas do grupo de prevenção da violência, que foram aprovadas pela plenária: implementar o projeto do Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo, apresentado na plenária de 22 de agosto; realizar oficinas regionais para desenvolvimento de políticas e programas municipais de prevenção da violência, contribuindo inclusive para capacitar os agentes municipais a trabalhar com os mapas do Sistema Infocrim, conforme sugerido pelo representante de Barueri, João Palma. A plenária decidiu que, com este objetivo, as oficinas regionais deveriam ser realizadas logo após a implantação do Sistema Infocrim e a disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para os municípios da Região Metropolitana.

A representante da Secretaria de Segurança Pública do Ministério da justiça, Virgínia da Rosa, fez uma breve intervenção afirmando que comparecia pela



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

primeira vez para conhecer de perto o trabalho o Fórum Metropolitano e para avaliar como anda a discussão sobre a produção, análise e uso de estatísticas e a padronização dos sistemas de registro de ocorrências criminais.

Cecília Françoso, representante do prefeito de Santana de Parnaíba, Silvio Peccioli, coordenador do Grupo de Trabalho das Guardas Municipais, apresentou a proposta de adoção pelos municípios da Região Metropolitana de um sistema padronizado de registro de ocorrências elaborado pelo GT. A proposta foi comentada e apoiada pelo comandante da guarda de Santana de Parnaíba, Gamariel do Espírito Santo, pelo Secretário Executivo do Fórum Metropolitano Paulo Mesquita e pelo representante de São Paulo, Benedito Mariano, e posteriormente aprovada pela plenária.

Paulo Mesquita elogiou a proposta, afirmando que a adoção de um sistema padronizado de registro de ocorrências facilitará a formação e o trabalho dos guardas municipais, permitirá um maior intercâmbio de informações, troca de experiências e integração de ações entre as guardas e destas com as polícias civil e militar. Explicou ainda que a adoção de um sistema padronizado de registro de ocorrências pelas guardas municipais não exclui a possibilidade de registro de ocorrências adicionais ou do detalhamento das ocorrências incluídas no sistema por cada município.

Benedito Mariano também elogiou a proposta e colocou a Secretaria Municipal de Segurança Urbana de São Paulo à disposição do Fórum Metropolitano para desenvolver um software específico para registro das ocorrências das guardas municipais.

Antes de encerrar a plenária, o coordenador Celso Giglio abriu a palavra aos presentes para discussão de qualquer outro assunto.

O representante de São Paulo, Benedito Mariano, sugeriu que o Fórum Metropolitano defendesse a mudança da legislação para permitir que os guardas municipais tenham porte total, e não apenas parcial, de armas de fogo –o que permitiria a utilização das armas da corporação não apenas em horário de serviço, mas também no trânsito entre a residência e o trabalho e em horário de folga. A plenária aprovou sugestão de realização, em fevereiro próximo, de uma reunião especial do Grupo de Trabalho das Guardas Municipais, para estudar o assunto e preparar uma proposta a ser apresentada aos prefeitos na próxima reunião plenária do Fórum marcada para 27 de fevereiro de 2003.

Representante da guarda civil de Osasco, Erivaldo dos Santos, observou que o Ministério da Defesa está criando obstáculos para aquisição de armas pelas



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

guardas municipais e propôs que o Fórum Metropolitano se dirigisse ao Ministério para resolver o problema. A proposta foi apoiada pelo secretário municipal de segurança urbana de Guarulhos, Guaracy Mingardi, que confirmou a imposição de dificuldades pelo Ministério da Defesa. O representante do Gabinete de Segurança Institucional, José Alberto da Cunha Couto, se colocou à disposição do Fórum para ajudar a estabelecer o diálogo sobre este assunto com o Ministério da Defesa.

Nada mais havendo a ser tratado, o Prefeito Celso Giglio agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, convocando todos a comparecerem à próxima plenária, marcada para o dia 27 de fevereiro de 2003, das 9h00 às 13h00, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, e lembrando que nesta plenária haverá eleição da nova Coordenação do Fórum Metropolitano.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 8ª REUNIÃO PLENÁRIA

27 DE FEVEREIRO DE 2003

Realizou-se no dia 27 de fevereiro de 2003, das 10:00hs às 13:00hs, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, Av. Paulista 119, a oitava reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Celso Giglio (Osasco), e contou com a presença dos seguintes prefeitos: Messias Cândido de Oliveira (Cajamar), José de Filippi Júnior (Diadema), Geraldo Leite Cruz (Embu), Roberto Seixas (Franco da Rocha), Elói Pietá (Guarulhos), Lacir Baldusco (Itapeverica da Serra), Itapevi (Dalvani Caramez), Paulo Bururu (Jandira), Antonio Jair O. Nascimento (Mairiporã), Oswaldo Dias (Mauá), Junji Abe (Mogi das Cruzes), Raul Silveira Bueno Júnior (Pirapora do Bom Jesus), Eduardo Carlos Felipe (Poá), Maria Inês Soares Freire (Ribeirão Pires), Ramon Álvaro Velásquez (Rio Grande da Serra), Francisco Rodrigues (Salesópolis), Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba) e Luiz Olinto Tortorello (São Caetano do Sul). Contou ainda com a presença dos vice-prefeitos de Barueri, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, São Lourenço da Serra e Suzano, e de representantes dos municípios de Arujá, Cotia, Francisco Morato, Santa Isabel, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo e Vargem Grande Paulista. Além dos prefeitos, vice-prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, o Ouvidor de Polícia do Estado de São Paulo, Fermio Fecchio, o assessor especial do Secretário de Estado da Segurança Pública, Pierre de Freitas, representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça), da Fundação Abrinq, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, da associação Paulista das Guardas Municipais, do Instituto Sou da Paz, do CONSEG de Cotia Oeste, dos municípios de Resende e de Cubatão, e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, secretário-executivo, Carolina Ricardo e Helena Massi).

O coordenador geral do Fórum, prefeito Celso Giglio, abriu a reunião convidando para compor a mesa os coordenadores dos grupos de trabalho presentes, prefeitos Elói Pietá (GT de Informações Criminais), Silvio Peccioli (GT das Guardas Municipais), Luiz Olinto Tortorello (GT de Acompanhamento Legislativo),



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Junji Abe (GT de Prevenção da Violência) e Dalvani Caraméz (GT de Comunicação Social), bem como o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, o assessor especial do Secretário de Estado da Segurança Pública, Pierre de Freitas, e o presidente do Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco.

O coordenador do GT de Informações Criminais, prefeito Elói Pietá iniciou a apresentação dos trabalhos do GT explicando que o Convênio entre as Prefeituras que compõem o Fórum Metropolitano e a Secretaria da Segurança Pública, após uma série de revisões decorrentes de sugestões dos prefeitos à minuta apresentada pela Secretaria da Segurança Pública, já se encontrava em condições de ser assinado. Explicou ainda que, para a Capital, o acesso pode ser feito imediatamente após a assinatura do convênio, enquanto para os outros municípios depende da informatização dos distritos policiais a ser feita pela Secretaria da Segurança Pública. O prefeito Elói Pietá abriu a palavra aos presentes perguntando se havia alguma dúvida relacionada ao texto do Convênio e não houve manifestações.

O representante da Secretaria da Segurança Pública, Pierre de Freitas, confirmou que o Convênio está de fato pronto para ser assinado, faltando apenas a concordância do Fórum Metropolitano. Informou ainda que as prefeituras devem buscar a PRODESP para obter link de acesso ao Infocrim, que devem fornecer a lista dos usuários do sistema nas prefeituras, bem como a estrutura de treinamento desses usuários e toda a documentação necessária (cuja lista segue anexada). Por fim, Pierre de Freitas informou que a Secretaria da Segurança Pública já dispõe do cadastro geo-codificado de pontos de interesse e logradouros dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, solicitando aos municípios apenas a complementação das informações que eventualmente estejam faltando nos mapas (citando, como exemplo, a localização de favelas).

O texto do convênio foi aprovado pelos prefeitos. Benedito Mariano, representante da Prefeitura de São Paulo sugeriu a definição de prazos para a assinatura do convênio e para a realização das ações necessárias para a disponibilização efetiva dos dados do Infocrim. Solicitou que a assinatura do convênio entre a Secretaria da Segurança Pública e a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, fosse feita no dia 07 de março, sexta feira depois do Carnaval. Pierre de Freitas concordou com a proposta.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

O coordenador do GT de Prevenção da Violência, prefeito Junji Abe enfatizou a importância das ações de prevenção da violência realizadas pelos municípios e apresentou as atividades realizadas pelo GT no último trimestre, especialmente o acompanhamento da implementação do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência pelos municípios da Região Metropolitana. Carolina Ricardo, da Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano, esclareceu que uma das propostas de continuidade dos trabalhos do GT refere-se à discussão sobre a municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes autores de ato infracional e que há um grupo de organizações, como a Fundação Abrinq e a Unicef que estão incentivando e apoiando o processo de municipalização das medidas. O objetivo da municipalização é garantir um atendimento mais humano e eficiente para que a internação dos jovens infratores se torne cada vez menos necessária.

Por fim, as propostas de continuidade para o GT de Prevenção aprovadas pela Plenária foram: criação de um sistema permanente de acompanhamento e avaliação das ações do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência; definição de estratégias para ampliar a municipalização da aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, em parceria com a Fundação Abrinq e a Unicef, tendo como ponto de partida a realização de mapeamento da situação da aplicação das medidas sócio-educativas nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

O coordenador do GT das Guardas Municipais, prefeito Silvio Peccioli apresentou as atividades do GT e em seguida as propostas de continuidade dos trabalhos do GT, que foram aprovadas pela plenária nos seguintes termos: continuar a implantação do quadro de registro de ocorrências das Guardas Municipais elaborado pelo Fórum; acompanhar e avaliar a implantação do quadro de registro de ocorrências das Guardas Municipais elaborado pelo Fórum; discutir a padronização dos formulários de registro de ocorrências; discutir a questão do porte de armas (“total e/ou parcial”) pelos guardas municipais; acompanhar e apoiar a aprovação da PEC 87/99, apensada à PEC 534/2002 no Congresso Nacional; discutir o projeto de lei que regulamenta a PEC 534/02, em tramitação na Câmara dos Deputados, à qual foi apensada a PEC 87/99, aprovada no Senado federal. O projeto de lei em questão foi apresentado, em fevereiro de 2003, pela Prefeita e pelo Secretário Municipal de Segurança Urbana de São Paulo ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

O representante da Associação das Guardas Municipais do Estado de São Paulo, Carlos Alexandre Braga, encaminhou o “Projeto mais de 1.000.000 de assinaturas”, abaixo assinado em prol da votação e da aprovação da PEC 534-A/2002, ao coordenador-geral do Fórum, Celso Giglio, e solicitou o apoio do Fórum Metropolitano na divulgação do mesmo.

O coordenador do GT de Acompanhamento Legislativo, prefeito Luiz Olinto Tortorello fez um balanço das atividades do GT em 2002, enfatizando que GT é um grupo novo e que, portanto, teve que criar uma metodologia de trabalho própria e em seguida apresentou a proposta de continuidade das atividades do GT: criação de um grupo para monitorar e avaliar a implementação e os resultados da lei que disciplina o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

A coordenadora do GT de Comunicação Social, prefeita Dalvani Caraméz apresentou um breve resumo das atividades do GT durante o ano e apresentou as propostas de continuidade das atividades do GT: criação de uma comissão para cuidar da atualização do web-site www.forumsp.org.br; elaboração do Boletim Informativo do Fórum.

O Prefeito de Franco da Rocha, Roberto Seixas, expôs os problemas existentes em seu município, referentes à população encarcerada jovem e adulta. Ele informou que o município conta com 7 unidades da FEBEM, 3 penitenciárias, 2 hospitais de custódia, uma cadeia pública e o hospital psiquiátrico do Juqueri, e que 5% da população do município é carcerária. O prefeito leu e solicitou ao Fórum Metropolitano apoio a uma moção a ser enviada ao Governo do Estado, para que, após a programada desativação de algumas unidades da FEBEM no município, os prédios onde estão localizadas estas unidades não sejam utilizados para implantação de centros de detenção provisória, mas, sim, para implantação de escolas profissionalizantes.

O Secretario Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares enfatizou a importância do Fórum Metropolitano de Segurança Pública e do envolvimento dos prefeitos nas questões de segurança pública e afirmou que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) tem interesse em acompanhar as atividades do Fórum e contribuir para a divulgação dos seus projetos e ações. Ele ressaltou ainda a importância em realizar diagnósticos precisos sobre o problema da violência e da criminalidade, bem como da modernização da gestão dos órgãos de



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

segurança. Com relação às guardas municipais, o Secretário afirmou que as mesmas são forças complementares e devem atuar de forma integrada às polícias civil e militar.

O ouvidor da polícia do estado de São Paulo, Fermino Fecchio, também elogiou a atuação do Fórum Metropolitano e informou que os dados da Ouvidoria de Polícia estão disponíveis para os prefeitos que quiserem consultá-los.

O presidente do Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco, falou sobre o acompanhamento estatístico realizado pelo Instituto São Paulo Contra a Violência, ressaltando a diminuição considerável de alguns índices de crimes específicos, propôs um diálogo mais sistemático entre o Fórum Metropolitano e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, e a discussão pelo Fórum Metropolitano das relações entre as prefeituras municipais e o sistema penitenciário, considerando a manifestação do prefeito de Franco da Rocha sobre o tema.

O secretário Luis Eduardo Soares aceitou a proposta de um diálogo sistemático entre o Fórum Metropolitano e a Secretaria Nacional de Segurança Pública e afirmou que tem interesse em estabelecer uma parceria entre ambos.

Em seguida, houve uma pausa na reunião para a preparação da eleição dos novos coordenadores. Com o retorno aos trabalhos, foi apresentada a proposta de criação de um novo Grupo de Trabalho para discutir o Sistema Prisional e uma chapa com os candidatos para integrar a Coordenação. Por unanimidade, os prefeitos aprovaram a proposta de criação do novo GT e elegeram a seguinte Coordenação:

- Coordenador Geral: Silvio Peccioli (PFL) – Santana de Parnaíba
- Coordenador GT Infocrim: Elói Pietá (PT) – Guarulhos
- Coordenador GT Guardas Municipais: João Avamileno (PT) - Santo André
- Coordenador GT Prevenção da Violência: Lacir Baudusco (PSDB) – Itapeverica da Serra
- Coordenador GT Comunicação Social: Raul Silveira Bueno Júnior (PFL) - Pirapora do Bom Jesus



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- Coordenador GT Acompanhamento Legislativo: Antonio Jair O. Nascimento (PPS) - Mairiporã
- Coordenador GT Sistema Prisional (novo): Lener Ribeiro do Nascimento (PSDB) – São Lourenço da Serra

Por fim, decidiu-se discutir a moção de apoio ao município de Franco da Rocha no âmbito do GT Sistema Prisional, após o que, a mesma deverá ser encaminhada ao governo estadual.

Nada mais havendo a tratar, o prefeito Celso Giglio agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

ANEXO

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ASSINTAURA DO CONVÊNIO COM A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Para a celebração de convênios, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 40.722, de 20 de março de 1996, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.059 de 12 de junho de 2002 e demais legislação que trata do assunto, são necessários os seguintes documentos:

1. Autorização legislativa, que permita ao Poder Executivo Municipal a formalização do ajuste;
2. Declaração de que a celebração está conforme a Lei Orgânica local;
3. Declaração de que o Chefe do Poder Executivo Municipal encontra-se no exercício do cargo e com mandato em plena vigência;
4. Declaração de que o município não está impedido de receber auxílios e/ou subvenções estaduais em virtude de decisão do Tribunal de Contas do Estado;
5. Declaração de aplicação do percentual mínimo, constitucionalmente exigido, da receita municipal resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino (artigos 35, inciso III, e 212 da Constituição Federal e 149, inciso II da Constituição Estadual);
6. Declaração de que o Município não incorre nas vedações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
7. Prova de entrega da prestação de contas anual junto ao Tribunal de Contas (artigos 35, inciso II da Constituição Federal e 149, inciso II da Constituição Estadual e artigo 24 da Lei Complementar Estadual nº 709 de janeiro de 1993);
8. Prova de inexistência de débito para com o Sistema de Seguridade Social;
9. Prova de inexistência de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
10. Lei Orgânica do Município.

Com o intuito de facilitar os trabalhos das prefeituras, oferecemos modelos de documentos que poderão ser utilizados pelo Município, devendo ser solicitado pelo telefone número (0XX11) 3291-6317.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO

ATA DA NONA REUNIÃO PLENÁRIA

29 DE MAIO DE 2003

Realizou-se no dia 29 de maio de 2003, das 9:30hs às 13:00hs, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, Av. Paulista 119, a nona reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba), e contou com a presença dos seguintes prefeitos: Névio Luiz Aranha Dártora (Caieiras), Joaquim Horácio P. Neto (Cotia), Roberto Seixas (Franco da Rocha), Elói Pietá (Guarulhos), Lacir Baldusco (Itapeverica da Serra), Itapevi (Dalvani Caramez), Antonio Jair O. Nascimento (Mairiporã), Raul Silveira Bueno Júnior (Pirapora do Bom Jesus), Lener do Nascimento Ribeiro (São Lourenço da Serra). Contou ainda com a presença dos vice-prefeitos de Embu e Santa Isabel, e de representantes dos municípios de Barueri, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo, Suzano e Vargem Grande Paulista. Além dos prefeitos, vice-prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião, o Secretário de Estado da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, o Gerente de Projetos da Gerência de Tecnologia e Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Antônio de Arimatéia dos Santos Silva, o Comandante do Comando de Policiamento Metropolitano, Cel. Jairo Paes de Lira, representantes do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, da Associação Paulista das Guardas Municipais e da Autarquia Hospitalar Jabaquara-NAVV, e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita e Carolina Ricardo).

O coordenador-geral do Fórum, prefeito Silvio Peccioli, abriu a reunião compondo a mesa com os coordenadores dos grupos de trabalho presentes, prefeitos Elói Pietá (GT de Informações Criminais), Antonio Jair O. Nascimento (GT de Acompanhamento Legislativo), Lacir Baldusco (GT de Prevenção da Violência), Raul Silveira Bueno Júnior (GT de Comunicação Social), Lener do Nascimento Ribeiro (GT de Sistema Prisional), bem como com o Secretário de Estado da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, o Gerente de Projetos da Gerência de Tecnologia e Informação da Secretaria de Estado da Segurança



Pública, Antônio de Arimatéia dos Santos Silva e o Comandante do Comando de Policiamento Metropolitano, Cel. Jairo Paes de Lira.

O coordenador-geral passou a palavra ao secretário-executivo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, Paulo Mesquita, que fez breve relato das atividades da Coordenação e expôs as seguintes propostas:

- Definir a pauta da reunião dos prefeitos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública com o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, em Guarulhos, no dia 02 de junho de 2003.
- Aprovar a participação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública na organização do Encontro Internacional sobre Práticas Municipais Inovadoras para Cidades Mais Seguras, promovido pelo Programa de Gestão Urbana e Habitat da ONU e pela Prefeitura de Guarulhos, que se realizará em Guarulhos, nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2003.
- Confirmar o nome dos novos representantes do Fórum Metropolitano para compor o Grupo de Administração previsto no Protocolo de Intenções e nos convênios entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e o Governo do Estado referente à disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim e ao desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência: Rubens Isquierdo Marques Gonçalves, secretário de Segurança Pública do Município de Guarulhos; Edson Chedide, comandante da Guarda Municipal de Itapeverica da Serra.

Em seguida, o coordenador-geral sugeriu que a discussão do GT de Sistema Prisional tivesse início com a apresentação do secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa.

O secretário Nagashi Furukawa apresentou uma breve descrição da situação das prisões no Estado de São Paulo, enfatizando os seguintes pontos:

- Há problema de superlotação das unidades prisionais, particularmente daquelas que abrigam presos provisórios, e um problema de manutenção dos presos provisórios em cadeias públicas e carceragens de delegacias sob custódia da Secretaria da Segurança Pública. Na tentativa de solucionar essa questão, no final de 1999, teve início o processo de implantação dos Centros de Detenção Provisória (CDPs), para abrigar os presos provisórios, que comportam 768 presos provisórios cada um. Hoje, o Estado já conta com 21 CDPs construídos, que



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

abrigam aproximadamente 20 mil presos provisórios. Nos municípios médios e menores, o governo começou a instalar centros de ressocialização, que comportam 210 presos cada um (em regime fechado, semi-aberto, e provisórios). Hoje, o Estado já conta com 15 centros, que abrigam cerca de 3 mil presos.

- Há perspectiva de crescimento da população prisional, para até 160 ou 170 mil presos até o final do ano, o que exigirá recursos da ordem de R\$ 1.5 bilhões por ano no sistema penitenciário, devido ao aumento do número de policiais militares e civis nas ruas e ao aumento das prisões realizadas pela polícia.

- Há novos CDPs em processo de construção, mas há muita resistência por parte das prefeituras e da população. Sem o apoio dos prefeitos, a construção de CDPs é inviabilizada, e o problema de superlotação das prisões, e todos os problemas associados, tende a se agravar, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo.

Após a exposição do secretário, a palavra foi aberta aos presentes. O prefeito de Franco da Rocha, Roberto Seixas, reiterou a necessidade de apoio do Fórum Metropolitano à sua solicitação de desativação das unidades 30 e 31 da FEBEM com a cessão dos prédios para o município para instalação de escola do SENAI e do Tiro de Guerra e cursos de especialização do SEBRAE, assim como a desativação do presídio semi-aberto no município, e a não instalação de centros de detenção provisória (CDPs) no município. O coordenador do GT de Sistema Prisional, prefeito Lener do Nascimento Ribeiro, leu a moção em solidariedade ao município de Franco da Rocha, que foi aprovada pelos prefeitos e representantes presentes. O secretário Nagashi Furukawa disse que receberia a moção e a levaria ao Governador Geraldo Alckmin, mas disse também que seria difícil atender à solicitação de Franco da Rocha. Pediu a compreensão dos prefeitos para a importância dos presídios para presos em regime semi-aberto e dos centros de detenção provisória na região metropolitana, bem como para a facilidade de conversão das unidades da Febem em centros de detenção provisória e a dificuldade de transformá-las em escolas.

O prefeito de Guarulhos, Elói Pietá, assinalou a importância de uma política de compensações para os municípios que abrigam unidades prisionais. Nagashi Furukawa disse que o governo do estado está preparado para oferecer compensação aos municípios que cederem terrenos para construção de CDPs, citando inclusive como exemplo a oferta de construção de uma Fatec em Franco da Rocha. O coordenador do GT de Prevenção da Violência, prefeito Lacir



Baldusco, citou também o exemplo de Itapeverica da Serra, onde o CDP está sendo construído juntamente com um pólo de segurança e programas sociais e de infra-estrutura urbana.

O coordenador do GT do Sistema Prisional informou ainda que teve encontro com o deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, em Brasília, manifestando apoio à realização da Semana da Segurança no Congresso Nacional, bem como a inclusão de três projetos específicos na pauta desta Semana da Segurança: a proposta de emenda constitucional que dispõe sobre a competência das guardas municipais; o projeto de lei federal sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção de prova, o procedimento criminal e o regime especial de cumprimento da pena de líderes de organizações criminosas; e projeto de lei federal que cria um regime disciplinar diferenciado para presos em regime fechado, transfere à autoridade administrativa a competência para decidir sobre a transferência dos presos, e determina que os interrogatórios dos acusados possam ser realizados nos estabelecimentos penitenciários em que estejam recolhidos.

Paulo Mesquita explicou que uma das propostas do GT do Sistema Prisional é acompanhar e apoiar a participação dos municípios na formulação e implementação da política penitenciária na região metropolitana, particularmente no que diz respeito à desativação das carceragens das delegacias e cadeias públicas e implantação dos CDPs, e que seria importante conhecer melhor os critérios que têm orientado essa política. O secretário Nagashi Furukawa enfatizou que a implantação de CDPs depende em parte de critérios técnicos, relacionados à proximidade do local do crime, do inquérito policial e do processo judicial, mas depende fundamentalmente do apoio dos prefeitos e da compreensão da população para a importância da instalação do CDP na área do município.

O representante da Prefeitura de São Paulo, Benedito Mariano, informou que a Prefeitura criou um grupo intersetorial, coordenado pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana, para retomar a questão da cessão de terrenos municipais para construção de centros de detenção provisória, que poderá contribuir com os trabalhos do GT do Sistema Prisional e da Secretaria da Administração Penitenciária.

O coordenador do GT de Informações Criminais, prefeito Elói Pietá iniciou a apresentação dos trabalhos do GT informando que o GT encaminhou para os municípios um “Kit Infocrim” contendo as orientações necessárias para que as



prefeituras assinem o convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e passem a ter acesso aos dados e mapas do Infocrim. Ele esclareceu mais uma vez que não é possível alterar o texto do convênio aprovado em plenária e publicado por decreto estadual.

Em seguida, o representante da Secretaria da Segurança Pública, Antonio de Arimatéia dos Santos Silva, fez uma apresentação mostrando os tipos de dados e mapas a que os municípios terão acesso, explicando algumas limitações desse acesso e afirmando a disposição da Secretaria da Segurança Pública de progressivamente adequar o acesso às necessidades dos municípios. Informou ainda que a Secretaria da Segurança Pública já equipou as delegacias de polícia e treinou os policiais para realizarem o registro digital de ocorrências nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo e que o acesso das prefeituras aos mapas do Infocrim depende fundamentalmente da assinatura do convênio entre a Prefeitura e a Secretaria da Segurança Pública.

O representante de Francisco Morato, Norberto C. de Araújo, sugeriu que as prefeituras tivessem acesso aos dados de identificação civil e veículos roubados. Arimatéia observou que ainda há enormes dificuldades de acesso ao Infoseg (banco de dados sobre segurança pública que contém estes dados) e seria melhor organizar primeiro o acesso dos municípios ao Infocrim, para posteriormente pensar no acesso dos municípios ao Infoseg. O coordenador do GT de Informações Criminais, prefeito Elói Pietá disse que a proposta será discutida e oportunamente defendida pelo GT.

A representante do prefeito João Avamileno, coordenador do GT de Guardas Municipais, Alessandra Porto, apresentou as atividades e as propostas do grupo, que foram aprovadas pelos presentes:

- Continuar o acompanhamento da implantação do quadro de registro de ocorrências das Guardas Municipais elaborado pelo Fórum.
- Desenvolver um sistema de registro e acompanhamento das atividades comunitárias e preventivas desenvolvidas pelas guardas municipais que não geram ocorrência e que, portanto, não aparecem no registro regular das ocorrências atendidas pelas guardas.
- Organizar um seminário, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, para discutir a mudança constitucional relativa às atribuições das guardas



municipais e o papel das guardas municipais no Sistema Unificado de Segurança Pública.

- Entregar ao Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, a nova moção de apoio à aprovação da PEC 87/99, apensada à PEC 534/2002.

Após a exposição, o cel. PM Jairo Paes de Lira, Comandante do Comando do Policiamento Metropolitano fez breve intervenção, enfatizando que a Polícia Militar do Estado de São Paulo reconhece a importância do Fórum Metropolitano de Segurança Pública e o papel dos municípios e das guardas municipais na segurança pública. Paes de Lira ressaltou, entretanto, que a responsabilidade primordial pela segurança pública é do estado e que a colaboração dos municípios e das guardas é bem vinda desde que esta colaboração se dê sob a coordenação do estado e das polícias estaduais.

Respondendo à manifestação do comandante do Comando do Policiamento Metropolitano, os prefeitos de Santana do Parnaíba, Silvio Peccioli, e Itapeverica da Serra, Lacir Baldusco, e o secretário municipal da Segurança Urbana de São Paulo, Benedito Mariano, enfatizaram a necessidade de colaboração sem subordinação entre as guardas municipais e as polícias estaduais, observando que os municípios são entidades autônomas, que as prefeituras e as guardas municipais já oferecem substancial apoio à atuação das polícias estaduais, e que as prefeituras e as guardas municipais não podem de forma alguma aceitar uma relação de subordinação em relação ao estado e às polícias estaduais.

O prefeito Lacir Baldusco, coordenador do GT de Prevenção da Violência, apresentou um relato das atividades do grupo. Explicou que foi formada uma comissão para visitar e documentar projetos de prevenção da violência colocados em prática pelos municípios, bem como para coletar, junto à Febem e às prefeituras, informações sobre a aplicação das medidas sócio-educativas (em meio fechado e aberto) nos municípios da região metropolitana. Em seguida, apresentou as seguintes propostas do GT, que foram aprovadas pelos presentes:

- Desenvolver uma metodologia de visitas *in loco* aos projetos de prevenção da violência nos municípios e de sistematização das informações obtidas através dos formulários preenchidos para elaborar um relatório sobre a implementação e resultados das ações de prevenção de violência desde o início das atividades do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- Elaboração de diagnóstico sobre a situação do atendimento às medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo, com base nos dados fornecidos pela Febem e pelas prefeituras.

- Disseminar e implantar Conselhos Municipais pela Cultura de Paz nos municípios da RMSP.

O prefeito Raul Silveira Bueno Júnior, coordenador do GT de Comunicação Social, apresentou as propostas do GT, que foram todas aprovadas:

- Realização do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência com o tema “Cidade Tô Dentro: Emprego e Geração de Renda”, no dia 20 de setembro de 2003.

- Lançamento do Prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública de Jornalismo. As matérias podem ser enviadas até o dia 31 de julho e a premiação será no dia 20 de setembro, data do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência.

- Aprovação do orçamento do Boletim Informativo do Fórum Metropolitano que totaliza R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais), para publicação de 20.000 (vinte mil) exemplares e confecção do primeiro exemplar no mês de agosto de 2003.

- Criação de uma comissão composta por um representante de São Bernardo do Campo, de Guarulhos, da Prodam e do Instituto São Paulo Contra a Violência para atualizar e aperfeiçoar o web site www.forumsp.org.br.

O prefeito Antonio Jair Oliveira Nascimento, coordenador do GT de Acompanhamento Legislativo, apresentou as seguintes propostas do grupo, as quais foram todas aprovadas:

- Acompanhar e incentivar a aprovação e implementação das seguintes leis nos municípios da RMSP:

- Lei que regulamenta o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“Lei Seca”).
- Lei que estabelece a obrigatoriedade de divulgação do número do Disque Denúncia em ônibus, órgãos públicos e outros logradouros.
- Lei que cria o Conselho Municipal pela Cultura de Paz.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- Acompanhar junto às câmaras municipais as principais leis, projetos de lei e as votações sobre assuntos relevantes para a segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo.

- Criar um diploma para vereadores que tenham bons projetos de lei sobre segurança pública aprovados nos últimos dois anos.

- Acompanhar junto à Assembléia Legislativa do Estado as principais leis, projetos de lei e as votações sobre assuntos relevantes para a segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo.

Nada mais havendo a tratar, o coordenador geral, prefeito Silvio Peccioli agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, sendo consideradas aprovadas as propostas da Coordenação apresentadas no início.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 10ª REUNIÃO PLENÁRIA

28 DE AGOSTO DE 2003

Realizou-se no dia 28 de agosto de 2003, das 10:00hs às 12:30hs, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, Av. Paulista 119, a décima primeira reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba), e contou com a presença dos seguintes prefeitos: Elói Pietá (Guarulhos), Lacir Baldusco (Itapeverica da Serra), Raul Silveira Bueno Júnior (Pirapora do Bom Jesus), Lener do Nascimento Ribeiro (São Lourenço da Serra), João Avamileno (Santo André) e Messias Cândido da Silva (Cajamar). Contou ainda com a presença de representantes dos municípios de Arujá, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, São Paulo e Suzano. Além dos prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Cel. Alberto Silveira Rodrigues, o vereador de Cajamar, Irineu Lameira Belchior, do Gabinete do Deputado Vanderlei Siraque, da Associação Paulista das Guardas Municipais e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, Carolina Ricardo e João Carlos Hueb).

O coordenador-geral apresentou as atividades da coordenação durante o trimestre e as seguintes propostas, para serem discutidas e aprovadas ao final da plenária, quando todos os prefeitos estivessem presentes:

- Moção referente à autorização para concessão do porte de armas para todos os guardas municipais.
- Moção referente à extensão e manutenção do serviço de iluminação pública nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- Participação do Fórum Metropolitano na comissão de organização do Encontro Internacional sobre Práticas Municipais Inovadoras para Cidades Mais Seguras, a ser realizado em Guarulhos, dias 8-10 de dezembro de 2003.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Em seguida passou a palavra para o coordenador do GT de Informações Criminais, prefeito Elói Pietá, que informou que os municípios de Caieiras, Cotia, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus Santana de Parnaíba e São Lourenço da Serra já assinaram o convênio com a Secretaria da Segurança e que as prefeituras de Barueri, Diadema, Franco da Rocha, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Santa Isabel, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Taboão da Serra já encaminharam a documentação necessária para a Secretaria da Segurança Pública. A meta do GT, apresentada pelo coordenador, é a disponibilização dos mapas do Infocrim para todos os municípios da Região Metropolitana até fevereiro de 2004.

A representante do Instituto São Paulo Contra a Violência, Carolina Ricardo, ressaltou que é importante o acompanhamento da utilização dos mapas e dados do Infocrim pelos municípios, para efetivar uma das propostas do GT que é preparar e apresentar à Secretaria de Estado da Segurança Pública uma avaliação da utilidade dos mapas e uma proposta visando aumentar a utilidade dos mapas e dados para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.

O secretário da Segurança Urbana de São Paulo, Benedito Mariano, esclareceu que pretende preparar um relatório de avaliação dos mapas e dados do sistema Infocrim disponibilizados para a Prefeitura de São Paulo para apresentar na próxima plenária do Fórum Metropolitano, mas já antecipou algumas dificuldades que está tendo para a utilização dos mapas: os mapas não permitem a localização exata das ocorrências; não há informações do número de ocorrências por logradouro ou região; a consulta é limitada a períodos de 7 dias; não é possível imprimir os mapas. Mariano convidou os prefeitos e representantes que tiverem interesse para conhecer os mapas e dados aos quais tem acesso.

O prefeito Lacir Baldusco, coordenador do GT de Prevenção da Violência, apresentou um relato das atividades do grupo e, em seguida, as seguintes propostas do GT, que foram aprovadas pelos presentes:

- Finalizar o levantamento de informações junto às prefeituras sobre a aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto a adolescentes em conflito com a lei na Região Metropolitana de São Paulo.

- Definir princípios e diretrizes que devem orientar o processo de municipalização da aplicação das medidas sócio-educativas em meio



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

aberto a adolescentes em conflito com a lei na Região Metropolitana de São Paulo.

- Elaborar um relatório sobre os programas municipais de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo, para ser apresentado no Seminário Internacional sobre Segurança nas Cidades, a ser realizado em Guarulhos, nos dias 8-10 de dezembro de 2003.

O secretário executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência, Paulo Mesquita, explicou aos presentes que é fundamental que todas as prefeituras enviem informações sobre os projetos de prevenção da violência, particularmente sobre o orçamento e recursos empregados no programa, os indicadores de resultados e o período de referência das informações apresentadas, para que o GT possa elaborar um relatório mais completo, claro e preciso sobre os programas.

Carolina Ricardo enfatizou também que é importante que as prefeituras continuem respondendo os questionários relativos à execução das medidas sócio-educativas em meio aberto, para que seja possível elaborar um documento com princípios e diretrizes básicas orientar os municípios que tiverem interesse em municipalizar a execução das medidas sócio-educativas no diálogo e negociação com o governo do estado e parceiros da sociedade civil.

O prefeito Lacir Baldusco ressaltou a necessidade de um diálogo e negociação entre os prefeitos da Região Metropolitana, a ANEEL e as empresas do setor de energia elétrica sobre as dificuldades enfrentadas pelos municípios para a extensão e manutenção da rede de iluminação pública na Grande São Paulo, que é um fator importante em programas de prevenção da criminalidade e da violência.

Em seguida, a representante do prefeito João Avamileno, de Santo André, coordenador do GT das Guardas Municipais, Alessandra Porto, apresentou um relato das atividades do GT esclarecendo que o grupo se reuniu e elaborou uma proposta de Estágio de Aperfeiçoamento Profissional alternativa à proposta apresentada ao Fórum Metropolitano pelo Comandante Geral da Polícia Militar, Alberto Silveira Rodrigues, e elaborou também um sistema de registro e monitoramento das ações comunitárias e preventivas das guardas municipais. Como propostas do grupo, foram apresentadas e aprovadas as seguintes:



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- Sistematizar e analisar informações sobre as ocorrências registradas pelas guardas municipais nos seis primeiros meses de 2003, com base no sistema de registro de ocorrências desenvolvido pelo Fórum Metropolitano.
- Implementar o sistema de registro das ações comunitárias e preventivas das guardas municipais elaborado pelo Fórum Metropolitano

O prefeito Raul Silveira Bueno Júnior, coordenador do GT de Comunicação Social, apresentou as atividades do GT. A primeira delas foi a divulgação dos vencedores do Premio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública feita por Ricardo Viveiros:

Categoria: Telejornalismo:
Matéria: Delegacias
Jornalista: Mauricio Ferraz
Veículo: TV GLOBO / SPCV

Categoria: Jornais SP e Grande Prêmio Fórum:
Matéria: As armas contra a violência
Jornalista: Luciana Garbin
Veículo: O Estado de S. Paulo

Categoria: Jornais da Região Metropolitana de São Paulo
Matéria: "Câmeras: exemplo para outras cidades"
Jornalista: Julio Cesar Nogueira da Cruz
Veículo: Diário de Suzano

Categoria: Revistas
Matéria: Portas abertas para a paz
Jornalista: Denise Pellegrini
Veículo: Revista Nova Escola / Fundação Victor Civita

Categoria: Internet - (menção honrosa)
Matéria: Professores suspendem aula e vão à Câmara contra a violência
Jornalista: Simone de Lima Perez
Veículos: Terra de Os - Osasco

Na seqüência o prefeito iniciou a discussão sobre a realização do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência: Cidade TÔ Dentro, Geração de Emprego e Renda. O coordenador do GT explicou que apenas sete prefeituras encaminharam informações sobre as atividades que irão desenvolver na ocasião e



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

ressaltou a importância da participação de todos os municípios no Dia Metropolitana, bem como da divulgação, com antecedência, das atividades que serão realizadas em cada município. O prefeito informou também que a entrega do prêmio de jornalismo será realizada no dia 20 de setembro, em algum dos municípios da Grande São Paulo, a ser definido pelo GT.

A representante de Barueri, Fabíola Sarcinella sugeriu que o local da premiação seja decidido por sorteio.

O prefeito informou também que o website do Fórum Metropolitano está sendo reformulado, com auxílio da Prodam, e em breve estará no ar. Por fim, apresentou o primeiro número do Boletim Informativo do Fórum Metropolitano. O prefeito explicou que o primeiro número foi editado gentilmente pela M. Arte Comunicações, com uma tiragem de 20 mil cópias para serem distribuídas às trinta e nove prefeituras que interam o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, e ressaltou a importância da contribuição de todas as prefeituras para a edição do segundo número do boletim, prevista para a próxima plenária do Fórum Metropolitano.

Em seguida, o coordenador do GT de Acompanhamento Legislativo, Antonio Jair Oliveira Nascimento, apresentou as atividades do grupo, enfatizando a importância da lei que regula o horário de funcionamento de bares que comercializam bebidas alcoólicas e solicitando que todas as prefeituras que adotem a lei.

O vice-prefeito de Suzano disse que a “Lei Seca”, em seu município já teve um resultado satisfatório nos três primeiros meses de implantação e que, no início, houve alguma reclamação, mas que hoje a população aceita bem.

A representante de Diadema, Regina Miki, reiterou o apoio à “Lei Seca”, aprovada também em seu município, e afirmou que considera a medida uma forma de contenção da violência. Entretanto, afirmou que a lei não foi a única causa da queda da criminalidade no município e que outros fatores, como a integração das polícias, contribuíram significativamente para este resultado.

A representante de Barueri, Fabíola Sarcinella criticou a matéria publicada na *Folha de São Paulo*, segundo a qual a lei não produziu resultados satisfatórios em Barueri. Segundo Sarcinella, o município foi o primeiro a implantar a lei, que a lei funcionou bem desde o início, contribuindo para a queda de até 50% em inúmeros



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

tipos de ocorrências. Explicou que foi justamente este sucesso na implementação da lei que permitiu a sua flexibilização no município.

Carolina Ricardo ressaltou que não é só a lei que fará com que se reduzam os índices de criminalidade, mas sim um conjunto de vários fatores, como a articulação com projetos de prevenção da violência voltados para grupos específicos. O coordenador do GT, prefeito Jair Oliveira, complementou enfatizando a necessidade de integração com o Conselho Tutelar.

O prefeito Lener do Nascimento também afirmou que, em 2002, após a implantação da lei, não houve mais nenhum homicídio no município de São Lourenço da Serra. O vice-prefeito de Embu, Roberto Torassi, também manifestou apoio à medida afirmando que, no município, a implantação da lei teve um excelente resultado.

A prefeita de Itapevi, Dalvani Caraméz, também afirmou que considera a medida eficaz para a redução da violência e expressou seu descontentamento com as matérias publicadas pelos meios de comunicação que podem acabar desestimulando alguns municípios a aprovar a lei.

A representante da Fundação Abrinq, Rosana Paula Orlando, solicitou ao prefeito Jair Oliveira que esclarecesse sobre a forma pela qual deveria se dar a integração com o Conselho Tutelar. Ele respondeu que membros o Conselho devem acompanhar as “blitzes” de fiscalização dos estabelecimentos para atuarem nos casos em que houver crianças e adolescentes. A representante de Diadema explicou que no município o Conselho Tutelar sempre acompanha as operações de fiscalização dos estabelecimentos e que o Judiciário também cede voluntários para acompanhar essas operações.

O representante de São Paulo, Benedito Mariano, informou que em São Paulo a lei vai sofrer uma alteração para conter expressamente a necessidade de ações preventivas sociais e intersetoriais na sua implementação, e sugeriu que os outros municípios também adotem posturas semelhantes.

Na seqüência, o coordenador do GT de Sistema Prisional, prefeito Lener do Nascimento Ribeiro, entregou aos participantes da plenária dados atualizados sobre o sistema prisional no Estado de São Paulo. Em seguida, apresentou a proposta do GT de elaborar um documento definindo princípios e diretrizes sobre a construção de unidades prisionais nos municípios da Região Metropolitana, e solicitar ao Governador Geraldo Alckmin e ao Secretário da Administração Penitenciária a participação de representante do Fórum Metropolitano nas discussões sobre a política penitenciária na Região Metropolitana de São Paulo.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Após a apresentação das atividades e propostas dos Grupos de Trabalho, o coordenador Geral, prefeito Silvio Peccioli, deu início à discussão sobre os três pontos apresentados inicialmente. Em primeiro lugar, tratou do ofício endereçado a ANEEL solicitando a ampliação da rede de iluminação pública, a sua manutenção sistemática e eficaz e a expansão das redes até mesmo em loteamentos irregulares e áreas de favela.

Foi decidido pela plenária que deve ser acrescentado ao ofício um convite para uma reunião entre os prefeitos do Fórum, o presidente da ANEEL e os representantes das concessionárias de energia elétrica da Região Metropolitana de São Paulo para discutir a questão.

Logo depois, teve início a discussão sobre a moção a favor do direito dos guardas municipais ao porte de arma, momento em que o senador Romeu Tuma chegou para participar da reunião. O senador se desculpou pelo atraso, fez uma exposição sobre o assunto em pauta e disse que considera o debate sobre o porte de armas e o poder de polícia para as guardas municipais de extrema importância para a melhoria da segurança pública no país.

O prefeito Silvio Peccioli solicitou a Paulo Mesquita que lesse a moção para a aprovação dos presentes. Após a leitura, Paulo Mesquita sugeriu que os prefeitos poderiam inserir na moção uma manifestação de apoio mais explícito ao Estatuto do Desarmamento, a fim de contribuir para agilizar a sua votação e, conseqüentemente, a aprovação de lei federal garantindo o porte de armas para as guardas municipais.

O Coronel Jairo Paes de Lira interveio e afirmou que é preciso ter muito cuidado com o Estatuto do Desarmamento, que, segundo ele, teria por objetivo desarmar pessoas de bem, inclusive os policiais.

O prefeito Silvio Peccioli agradeceu a intervenção, mas afirmou que o assunto em pauta, objeto da moção, não era o Estatuto do Desarmamento, mas o porte de arma para as guardas e as disposições no Estatuto do Desarmamento em relação ao porte de arma para os guardas municipais.

Paulo Mesquita alertou para o risco de a moção, ao propor uma alteração no Estatuto do Desarmamento para garantir o direito de porte de arma aos guardas municipais de todos os municípios, ser interpretada e utilizada como mais um



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

instrumento para impedir a votação e aprovação do Estatuto do Desarmamento -o que prejudicaria também o avanço da discussão sobre o porte de arma e a competência das guardas municipais. No entanto, a plenária decidiu manter a moção sem nenhuma alteração, concordando com a posição apresentada pelo coordenador Silvio Peccioli, de que a moção deixa claro que a posição dos prefeitos é favorável alteração de um item específico do Estatuto do Desarmamento e não é contrária ao Estatuto do Desarmamento. A moção foi aprovada, para ser divulgada e encaminhada aos Ministros da Justiça e da Defesa e aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

Em relação à participação do Fórum Metropolitano na comissão de organização do Encontro Internacional sobre Práticas Municipais Inovadoras para Cidades Mais Seguras, a ser realizado em Guarulhos, dias 8-10 de dezembro de 2003, o prefeito Elói Pietá explicou que o Fórum Metropolitano e o Instituto São Paulo Contra a Violência deverão fazer parte da comissão responsável pela organização do evento. Ele explicou ainda que haverá a oportunidade para que as experiências do Fórum Metropolitano e dos municípios sejam apresentadas no encontro. O prefeito Elói Pietá sugeriu tentar realizar, simultaneamente ao encontro um seminário nacional sobre o papel do município na prevenção do crime e da violência.

Benedito Mariano esclareceu que vai haver um seminário sobre o papel dos municípios no Sistema Único de Segurança Pública, organizado com apoio da SENASP, do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional das Guardas Municipais. Ainda não há data definida, mas o Fórum Metropolitano deverá ser apoiador do evento e o coordenador geral, prefeito Silvio Peccioli, e o senador Romeu Tuma, serão convidados para fazer uma exposição.

Nada mais havendo a tratar, o coordenador geral, prefeito Silvio Peccioli agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 11ª REUNIÃO PLENÁRIA

27 DE NOVEMBRO DE 2003

Realizou-se no dia 27 de novembro de 2003, das 10:00hs às 12:30hs, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, Av. Paulista 119, a décima primeira reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba), e contou com a presença dos seguintes prefeitos: Elói Pietá (Guarulhos), João Avamileno (Santo André), Lacir Baldusco (Itapeverica da Serra), Raul Silveira Bueno Júnior (Pirapora do Bom Jesus), Lener do Nascimento Ribeiro (São Lourenço da Serra) e Messias Cândido da Silva (Cajamar). Contou ainda com a presença de representantes dos municípios de Arujá, Barueri, Caraícuíba, Cotia, Diadema, Embu, Itapevi, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, São Paulo e Suzano. Além dos prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião, o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Cel. Alberto Silveira Rodrigues, o vereador de Cajamar, Irineu Lameira Belchior, representantes do Gabinete do Deputado Vanderlei Siraque, da Associação Paulista das Guardas Municipais e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, Carolina Ricardo e João Carlos Hueb).

O coordenador-geral do Fórum, prefeito Silvio Peccioli, abriu a reunião compondo a mesa com os coordenadores dos grupos de trabalho presentes, prefeitos Elói Pietá (GT de Informações Criminais), João Avamileno (GT das Guardas Municipais), Lacir Baldusco (GT de Prevenção da Violência), Raul Silveira Bueno Júnior (GT de Comunicação Social), Lener do Nascimento Ribeiro (GT de Sistema Prisional), e o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Cel. Alberto Silveira Rodrigues.

O coordenador-geral solicitou ao secretário executivo do Fórum Metropolitano, Paulo Mesquita, que apresentasse as atividades da coordenação durante o trimestre e as seguintes propostas, aprovadas pela plenária:



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- Realizar uma reunião com o representante da Comissão de Serviços Públicos de Energia para discutir a iluminação pública na Região Metropolitana de São Paulo e marcar encontros entre os prefeitos das macroregiões na Grande São Paulo, com os representantes das concessionárias responsáveis pela iluminação pública em cada uma dessas regiões.
- Aprovar o estatuto do desarmamento no Senado Federal com as alterações incorporadas na Câmara dos Deputados.
- Formar uma comissão para acompanhar as negociações com as concessionárias de energia elétrica e para conduzir as possibilidades de renegociação da dívida das prefeituras com as concessionárias.

O coordenador geral enfatizou que a discussão sobre o porte de armas para as guardas municipais independe da discussão sobre a ampliação da competência constitucional das mesmas, uma vez que até os profissionais de empresas privadas de segurança privada podem portar armas.

Em seguida, o coordenador do GT de Informações Criminais, prefeito Elói Pietá, informou que, além de São Paulo, Guarulhos já acessa o Infocrim. Ele explicou que a prefeitura de Guarulhos, em conjunto com a prefeitura de São Paulo, elaborou um relatório de utilização do Infocrim com sugestões para aumentar a utilidade dos mapas de ocorrências para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência. Elói Pietá enfatizou que a responsabilidade do município pela segurança pública é complementar e que a intenção em aumentar a utilidade dos mapas do Infocrim é justamente de desenvolver ações de prevenção complementares às atividades do Estado.

As propostas do GT de Informações Criminais aprovadas pela plenária são as seguintes:

- Encaminhar o relatório de utilização do Infocrim para a Secretaria da Segurança Pública.
- Convocar uma reunião do Grupo de Administração do Protocolo de Intenções sobre o Infocrim. O Grupo de Administração é composto por dois representantes do Fórum Metropolitano, um da polícia civil, um da



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

polícia militar, um da Coordenadoria dos Consegs e um do Instituto São Paulo Contra a Violência.

O prefeito João Avamileno, coordenador do GT de Guardas Municipais, apresentou as atividades do GT informando que foi solicitado a todas as prefeituras que informassem seus gastos com segurança pública, mas que apenas oito delas responderam. O prefeito reiterou a solicitação para que as prefeituras informem esses dados e ressaltou a importância de receber as informações do maior número de prefeituras para que seja possível avaliar a participação financeira do município na segurança pública.

Em seguida, o prefeito comunicou que a proposta de currículo de Estágio de Aperfeiçoamento Profissional oferecido pela polícia militar às guardas municipais do Fórum Metropolitano foi encaminhada ao Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. Alberto Silveira Rodrigues, para apreciação e posterior viabilização operacional da proposta. O Comandante ressaltou que é importante que a polícia militar contribua de alguma forma para a formação da guarda municipal dentro dos preceitos constitucionais. Ele enfatizou ainda que o problema da violência não é uma questão só de polícia, mas que depende também de um sistema de justiça, de um sistema penitenciário e de um Ministério Público ampliados e melhorados e da compreensão do problema como algo complexo que depende da integração de todos os órgãos envolvidos com a segurança pública.

O Comandante ressaltou que a iniciativa do Fórum Metropolitano é de elevada importância, uma vez que a região concentra cerca de 70% da população do Estado. O Comandante Geral continuou sua intervenção explicando que há dois ramos de atividade da polícia militar: proteção das pessoas e prender aqueles que cometem crimes. A polícia militar tem investido no policiamento comunitário e entende que o papel das guardas é essencialmente comunitário e o que tem acontecido é que as guardas têm se voltado para atividades mais repressivas, que é justamente a vertente da qual a polícia militar tem tentado se afastar.

O prefeito Silvio Peccioli apontou a importância dos encontros periódicos entre os prefeitos do Fórum, bem como a necessidade de reformulação do sistema de segurança pública, para evitar que as respostas dadas pelo sistema de segurança pública sejam apenas pontuais e a partir de eventos trágicos.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Paulo Mesquita, secretário executivo do Fórum, sugeriu que seja formada uma comissão composta por membros do Fórum e da polícia militar para dar os encaminhamentos concretos de operacionalização do Estágio de Aperfeiçoamento Profissional oferecido pela PM para as guardas municipais. A proposta foi aprovada por todos os presentes.

O prefeito Lacir Balduino, coordenador do GT de Prevenção da Violência, apresentou as atividades do grupo e as propostas de divulgação do relatório de prevenção da violência no Seminário Internacional para Cidades mais Seguras, nos dias 9 e 10 de dezembro em Guarulhos e de elaboração de uma proposta operacional para municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo. Ele ressaltou também a importância e a urgência da realização da reunião entre os prefeitos do Fórum Metropolitano com Zevi Kann, comissário geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia. As propostas foram aprovadas pela plenária.

O prefeito Raul Bueno Júnior, coordenador do GT de Comunicação Social, apresentou as atividades do grupo. Fez o balanço do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, que contou com a participação de 25 municípios e informou sobre a premiação dos vencedores do Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública, cuja cerimônia aconteceu no dia 20 de setembro, em Itapevi.

O prefeito Raul distribuiu os exemplares do 2º Boletim Informativo do Fórum Metropolitano elaborado pelo GT e em seguida apresentou como proposta do grupo a elaboração do 3º Boletim Informativo do Fórum Metropolitano e a formação de uma comissão para manter e atualizar o web-site do Fórum Metropolitano (www.forumsp.org.br).

O representante do prefeito Antonio Jair de Oliveira, coordenador do GT de Acompanhamento legislativo, Airton Martini, apresentou as atividades do grupo e as propostas de continuar o acompanhamento das leis municipais sobre segurança pública e da tramitação da alteração da lei do Fundo Nacional de Segurança Pública e de acompanhar a implementação das leis que regulam o horário de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas, em especial no município de Embu que iniciou a fiscalização no dia 30 de outubro de 2003. As propostas foram aprovadas pela plenária.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

O prefeito Lener Ribeiro, coordenador do GT de Sistema Prisional, apresentou as atividades do grupo e informou que está no aguardo da resposta às solicitações feitas pelo Fórum ao Secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, em particular da solicitação referente à participação do Fórum no Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária. O prefeito esclareceu que a renovação dos membros do Conselho era para ter acontecido em março de 2003, mas não aconteceu e que, portanto, há uma situação favorável para que o Fórum consiga representação junto ao Conselho. As propostas do GT aprovadas pela plenária foram as seguintes: apresentar sugestões de parâmetros mínimos para o processo de implantação dos Centros de Detenção Provisória nos municípios e participar do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária.

Por fim, a próxima plenária, na qual haverá eleição para a coordenação do ano de 2004, foi marcada para o dia 04 de março de 2004.

Nada mais havendo a tratar, o coordenador geral, prefeito Silvio Peccioli agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 12ª REUNIÃO PLENÁRIA

26 DE MARÇO DE 2004

Realizou-se no dia 26 de março de 2004, das 10:00hs às 12:30hs, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, Av. Paulista 119, 1º andar, a décima segunda reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba), contou com a presença dos seguintes prefeitos: Elói Pietá (Guarulhos), João Avamileno (Santo André), Lacir Baldusco (Itapeverica da Serra) e Raul Silveira Bueno Júnior (Pirapora do Bom Jesus), Roberto Pereira da Silva (Biritiba Mirim), José Fernandes Chacon (Ferraz de Vasconcelos), Dalvani Anália Caraméz (Itapevi), Junji Abe (Mogi das Cruzes) e com as presenças dos vices prefeitos de Cotia, Diadema, Embu, Osasco, Ribeirão Pires, Santa Isabel e Suzano. Contou ainda com a presença de representantes dos municípios de Arujá, Cajamar, Embu Guaçu, Francisco Morato, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra e São Paulo. Além dos prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião, representantes da Associação Nacional de Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas (Anpuad), da Força Sindical, do Ministério Público, da Polícia Militar do Estado de São Paulo (DAMCO e CPM), da Daimlercrhysler do Brasil e do Conseg Lapa e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, Carolina Ricardo e João Carlos Hueb).

O coordenador-geral do Fórum, prefeito Silvio Peccioli, abriu a reunião compondo a mesa com os coordenadores dos grupos de trabalho presentes, prefeitos Elói Pietá (GT de Informações Criminais), João Avamileno (GT das Guardas Municipais), Lacir Baldusco (GT de Prevenção da Violência) e Raul Silveira Bueno Júnior (GT de Comunicação Social).

Em seguida, o coordenador-geral solicitou ao secretário-executivo do Fórum Metropolitano, Paulo Mesquita, que fizesse a apresentação do Relatório de Atividades, Resultados e Propostas. Paulo Mesquita apresentou brevemente o relatório, as estatísticas criminais da Região Metropolitana de São Paulo e as principais atividades e resultados do Fórum Metropolitano no último trimestre:



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- a) Elaboração de uma proposta de Curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência para capacitar gestores em segurança pública e prevenção da violência, com apoio do Banco Mundial, para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- b) Participação na Comissão de Organização do Seminário Internacional para Cidades Mais Seguras, organizado pelos Programas de Gestão Urbana e HABITAT da ONU e pela Prefeitura de Guarulhos, com apoio do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, Instituto São Paulo Contra a Violência, ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente) e Frente Nacional de Prefeitos, realizado em Guarulhos, 9-10 de dezembro de 2003.
- c) Apoio à aprovação da Medida Provisória 157, de 23 de dezembro de 2003, que autoriza os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de cinquenta mil e menos de quinhentos mil habitantes a portarem armas de fogo quando em serviço.
- d) Disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para a Prefeitura de Mogi das Cruzes e assinatura e publicação de convênios entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e as Prefeituras de Embu, Suzano e Mairiporã visando a disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.
- e) Elaboração de uma proposta de Estágio de Atualização Profissional para Guardas Municipais, em parceria com a Polícia Militar, para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- f) Levantamento de projetos de prevenção da violência em desenvolvimento na Região Metropolitana de São Paulo, apresentação de relatório sobre projetos de prevenção no Seminário Internacional sobre Cidades mais Seguras, e construção do Banco de Projetos de Prevenção da Violência no web-site do Fórum Metropolitano: www.forumsp.org.br.
- g) Acompanhamento do processo de assinatura de Acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC para a municipalização das medidas sócio-educativas na região do ABC.
- h) Atualização do website do Fórum Metropolitano de Segurança Pública www.forumsp.org.br.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Em seguida, cada coordenador dos grupos de trabalho apresentou as atividades do trimestre. O coordenador do GT de Informações Criminais, Elói Pietá, informou que Mogi das Cruzes passou a acessar o Infocrim e que houve indicação do Dr. Moacir Rosseti, do Dr. Túlio Kahn e do Major Luiz Eduardo Pesce Arruda, para compor o Grupo de Administração do Infocrim, em conjunto com o representante de Guarulhos, de Itapeverica da Serra e do Instituto São Paulo Contra a Violência.

O representante de São Paulo, Benedito Mariano, sugeriu que, a partir da reunião e dos trabalhos do Grupo de Administração fosse realizada uma reunião com o secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, uma vez que qualquer decisão relativa à ampliação dos dados aos quais os municípios têm acesso depende da decisão do secretário.

O coordenador do GT das Guardas Municipais, João Avamileno, informou que a Polícia Militar, por meio da DAMCO, deu uma resposta positiva sobre o currículo de Estágio de Atualização Profissional proposto pelo grupo de trabalho das guardas municipais. A proposta do GT para a operacionalização do EAP é criar uma comissão com representantes da polícia militar e do Fórum Metropolitano. Para representar o Fórum Metropolitano na comissão foram indicados os municípios de São Paulo e Santo André.

O coordenador do GT de Prevenção da Violência, Lacir Balduco, apresentou as atividades do trimestre, ressaltando a constituição do banco de projetos de prevenção da violência. Propôs ainda a retomada da discussão da situação da iluminação pública nos municípios, já tratada anteriormente pelo Fórum, uma vez que os municípios continuam com problemas com as concessionárias (Elektro, Eletropaulo e Bandeirantes) e a melhoria da iluminação pública é uma medida importante para a prevenção da violência.

O coordenador do GT de Comunicação Social, Raul Silveira Bueno Júnior, apresentou as atividades do grupo e enfatizou que durante 2003 e início de 2004 todas as propostas previstas para o GT foram colocadas em prática.

O secretário executivo do Fórum Metropolitano, Paulo Mesquita, apresentou as atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento Legislativo. Benedito Mariano sugeriu que o grupo passe a acompanhar os trabalhos da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". - PEC53402, presidida pela deputada Iara Bernardi e tendo como relator o deputado Arnaldo Faria de Sá.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Após a apresentação das atividades, o coordenador geral, Silvio Peccioli, passou à deliberação das propostas de cada grupo de trabalho, aprovadas nos seguintes termos:

Coordenação Geral:

Realizar o curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência, para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com apoio do Banco Mundial. Data proposta: junho de 2004.

Criar comissão para estudar a elaboração de projetos coletivos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública para obtenção de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Realizar acompanhamento geral e sistemático dos assuntos relacionados às guardas municipais, ao lado do grupo de trabalho das guardas municipais.

GT de Informações Criminais:

Realizar reunião do Grupo de Administração do Infocrim para discutir a ampliação do acesso aos dados e mapas do Infocrim pelas prefeituras e, posteriormente, reunião com o Secretário de Estado da Segurança Pública.

Continuar e acelerar o processo de assinatura dos convênios entre as prefeituras municipais e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim, e desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência na Região Metropolitana de São Paulo.

GT das Guardas Municipais:

Criar Comissão com membros da Polícia Militar e do Fórum Metropolitano para implementar a proposta de Estágio de Atualização Profissional para Guardas Municipais, nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Completar o levantamento de informações sobre as guardas municipais dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com as seguintes informações:

- Efetivo da guarda municipal;
- Secretaria/órgão ao qual a guarda está subordinada;



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- Gastos do município com segurança pública em 2003;
- Ocorrências registradas pela guarda em 2001, 2002 e 2003.

Acompanhar os trabalhos da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". - PEC53402, presidida pela deputada Iara Bernardi e tendo como relator o deputado Arnaldo Faria de Sá.

GT de Prevenção da Violência:

Ampliar o número de projetos do Banco de Projetos de Prevenção da Violência.

Acompanhar e apoiar o processo de municipalização da execução das medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo.

Retomar a discussão sobre a melhoria e ampliação da iluminação pública nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo como uma medida de prevenção da violência.

GT de Comunicação Social:

Manter e atualizar o novo web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública (www.forumsp.org.br).

Realizar o 4º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência. Definir a data na próxima plenária do Fórum.

Realizar a 2ª Edição do Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Definir a data na próxima plenária do Fórum.

Elaborar a 3ª edição do Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Definir a data na próxima plenária do Fórum.

GT de Acompanhamento Legislativo e do Sistema Prisional:



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Unificar o Grupo de Trabalho do Sistema Prisional e o Grupo de Trabalho de Acompanhamento Legislativo, visando criar o Grupo de Trabalho de Legislação e Política Criminal e Penitenciária, com o objetivo de promover a discussão de leis e políticas na área criminal e penitenciária de interesse dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Continuar o acompanhamento da implementação da “lei seca” e da lei que obriga a divulgação do Disque Denúncia nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Em seguida, houve uma pausa para que os prefeitos, vice-prefeitos e secretários de segurança deliberassem sobre a eleição dos novos(as) coordenadores(as) do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

A eleição foi realizada por consenso e os novos coordenadores(as) eleitos(as) foram os(as) seguintes:

- Coordenação Geral: Lacir Baldusco (Itapeccerica da Serra)
- GT Informações Criminais: Elói Pietá (Guarulhos)
- GT Guardas Municipais: Benedito Mariano (Secretário de Segurança Urbana de São Paulo)
- GT Prevenção da Violência: Dalvani Caraméz (Itapevi)
- GT Comunicação Social: Raul Silveira Bueno Júnior (Pirapora do Bom Jesus)
- GT de Legislação e Política Criminal e Penitenciária: Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba)

Após a eleição, o ex-coordenador geral do Fórum, prefeito Silvio Peccioli, fez um breve discurso enfatizando a importância do Fórum Metropolitano e da participação do Município ao lado do Estado na área da segurança pública, e agradecendo a todos que, de alguma forma, contribuíram para as atividades do Fórum durante 2003.

Em seguida, o novo coordenador-geral, prefeito Lacir Baldusco, fez um pronunciamento ressaltando o caráter supra-partidário do Fórum Metropolitano e a



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

importância da participação dos prefeitos para que o Fórum seja capaz de realizar os seus objetivos. Antes do encerramento a reunião, os prefeitos de Mogi das Cruzes, Junji Abe, e de Guarulhos, Elói Pietá, o representante de Mairiporã e o vice-prefeito de Embu também fizeram uso da palavra e destacaram a importância do Fórum.

Por fim, a próxima plenária foi marcada para o dia 27 de maio de 2004 na sede do SESC, na Av. Paulista, 119, 1º andar.

Nada mais havendo a tratar, o coordenador geral, prefeito Lacir Baldusco agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 13ª REUNIÃO PLENÁRIA

27 DE MAIO DE 2004

Realizou-se no dia 27 de maio de 2004, das 10:00hs às 12:30hs, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, Av. Paulista 119, 1º andar, a décima terceira reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião, presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Lacir Baldusco (Itapeverica da Serra), contou com a presença dos coordenadores dos grupos de trabalho de Informações Criminais, prefeito Elói Pietá (Guarulhos), de Comunicação Social, prefeito Raul Silveira Bueno Júnior (Pirapora do Bom Jesus), e de Guardas Municipais, Benedito Mariano (Secretário Municipal de Segurança Urbana de São Paulo). Contou ainda com a presença do vice-prefeito de Embu, Roberto Terassi, e de representantes dos municípios de Caieiras, Cotia, Diadema, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santa Isabel, Santo André, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra, Suzano e Vargem Grande Paulista. Além dos prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião, representantes do Fórum em Defesa da Vida, da Polícia Militar do Estado de São Paulo (DAMCO e CPM), do Conesud, da Ricardo Viveiros Oficina de Comunicação, e da equipe da Secretaria Executiva do Fórum (Paulo Mesquita, Carolina Ricardo e João Carlos Hueb).

O coordenador-geral do Fórum, prefeito Lacir Baldusco, abriu a reunião compondo a mesa com os coordenadores dos grupos de trabalho presentes, prefeitos Elói Pietá (GT de Informações Criminais), Raul Silveira Bueno Júnior (GT de Comunicação Social) e Benedito Mariano (Guardas Municipais). Em seguida, Baldusco apresentou as atividades realizadas pela coordenação-geral, focalizando o levantamento de informações junto aos prefeitos(as) sobre a participação dos municípios no Fórum Metropolitano. Apresentou as propostas da coordenação-geral, aprovadas pelos presentes, incluindo: a) realizar o curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência; e b) criar uma comissão e/ou comissões regionais para elaborar projetos coletivos de prevenção do crime e da violência, visando à obtenção de recursos do Fundo Nacional de



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Segurança Pública para os municípios que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

O coordenador do GT de Informações Criminais, Elói Pietá, informou que representantes do Fórum Metropolitano entregaram aos representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública o relatório com propostas para o aperfeiçoamento dos mapas do Sistema Infocrim disponibilizados aos municípios para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência, em reunião do Grupo de Administração do Convênio do Infocrim, realizada no dia 12 de abril. Diante da ausência de uma resposta definitiva às propostas do Fórum, o coordenador propôs a realização de uma reunião para que a coordenação do Fórum Metropolitano tratasse do assunto diretamente com o secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho. O coordenador-geral do Fórum, prefeito Lacir Baldusco, disse que solicitaria a reunião com o secretário.

O coordenador do GT das Guardas Municipais, Benedito Mariano, informou que o Fórum Metropolitano e a Polícia Militar realizaram o primeiro Estágio de Atualização Profissional para as guardas municipais, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar (CFAP), na semana de 17 a 21 de maio, do qual participaram guardas de dezoito municípios da região metropolitana, e fez uma avaliação positiva do estágio.

Em seguida, Mariano informou que o GT das Guardas Municipais realizou o Seminário sobre a Regulamentação do Papel das Guardas Municipais na Segurança Pública, que discutiu e aprovou sugestões para o projeto de lei que regulamenta a atividades de polícia municipal.

Mariano informou ainda que já foi apresentado aos ministros da Justiça e da Defesa o projeto de decreto de regulamentação do Estatuto do Desarmamento, que deve ser enviada à Casa Civil da Presidência da República, e apresentou proposta de elaboração de moção do Fórum Metropolitano favorável à alteração de dois artigos do projeto, na parte que diz respeito ao porte de arma de fogo por guardas municipais, nos seguintes termos (sugestão de alteração grifada):

Artigo 44. Parágrafo único. A concessão a que se refere o *caput* dependerá, também, da existência de Ouvidoria da Guarda Municipal ou Ouvidoria Geral do Município, como órgão permanente, autônomo e independente, com competência para fiscalizar, investigar, auditar e propor políticas de qualificação das atividades desenvolvidas pelos integrantes das Guardas Municipais.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Artigo 45. A autorização de Porte de Arma de Fogo pertencente às Guardas Municipais terá validade somente nos limites territoriais do estado do qual o município faz parte.

O prefeito Elói Pietá e os representantes de Ferraz de Vasconcelos e Osasco manifestaram-se favoravelmente à proposta, enfatizando que os guardas municipais muitas vezes não moram no município em que trabalham e transitam entre municípios diferentes, não apenas nas áreas de fronteira, mas também quando se dirigem à Cidade de São Paulo, por exemplo, para encaminhar vítimas de violência sexual ao Hospital Pérola Byngton e auxiliar a polícia civil no trabalho de legitimação. A plenária apoiou a moção proposta por Mariano, a ser assinada pelo próprio Mariano e pelo coordenador-geral Lacir Balduino.

A Cel Laudinéa, da Diretoria de Assuntos Municipais e Comunitário (DAMCO) da Polícia Militar, também fez uma avaliação positiva do estágio de atualização profissional para os guardas municipais, mas ressaltou a importância de uma reunião dos representantes do Fórum e da Polícia Militar para uma avaliação conjunta do estágio. Segundo a Cel Laudinéa, algumas medidas poderiam contribuir para o aperfeiçoamento do estágio, entre as quais citou as seguintes: a) realizar uma reunião prévia dos instrutores para uma preparação conjunta das aulas; e b) considerar as diferenças entre os municípios e entre as guardas na preparação das aulas e na seleção dos participantes de cada estágio. A Cel. Laudinéa sugeriu a realização de mais um piloto para aperfeiçoar o programa e a metodologia do estágio, no final de junho, e informou que o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar (CFAP) está à disposição para a realização dos próximos estágios. Segundo a Cel Laudinéa, a Polícia Militar e o Fórum poderiam realizar um estágio por mês.

Tendo em vista a realização do Curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência, no final de junho e início de julho, os participantes da plenária sugeriram que o segundo piloto do estágio para guardas municipais fosse realizado a partir da segunda semana de julho. Mariano concordou e informou que os detalhes do próximo estágio seriam definidos pelo grupo de trabalho, em conjunto com a polícia militar, a partir da avaliação do primeiro estágio. O representante de Mogi das Cruzes sugeriu que o estágio fosse direcionado também para guardas graduados.

A representante do Instituto São Paulo Contra a Violência, Carolina Ricardo, informou que o GT de Prevenção da Violência trabalha na atualização do banco de projetos de prevenção da violência e trabalhará em parceria com o GT de Comunicação Social na organização do 4º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência e do Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

O coordenador do Grupo de Trabalho de Comunicação Social, prefeito Raul Bueno, informou que o GT mantém o web site www.forumsp.org.br constantemente atualizado. Em seguida propôs que a plenária definisse a data para o 4º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, sugerindo que o evento se realizasse antes das eleições municipais. O representante de Guarulhos, Arnaldo Ribeiro, lembrou que a realização do evento antes da eleição poderia trazer problemas legais para os prefeitos, caso o evento fosse percebido como atividade de campanha eleitoral. A representante de Diadema, Regina Miki, disse que o evento é uma atividade regular do Fórum Metropolitano, não uma atividade de campanha, e sugeriu que evento focalizasse o tema da cultura de paz. Carolina Ricardo e Paulo Mesquita apoiaram a indicação do tema, lembrando que a Assembléia Legislativa tem um Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz, que reúne diversas organizações da sociedade civil dedicadas à promoção da cultura da paz, que poderiam participar do evento. Paulo Mesquita lembrou ainda que a realização do evento antes das eleições é também uma oportunidade de apresentar a existência, as atividades e resultados do Fórum a todos os candidatos a prefeito.

A plenária decidiu realizar o 4º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência no dia 14 de agosto de 2004. Decidiu também que o tema do evento será cultura de paz e que o slogan “Cidade TÔ Dentro”, produzido pela McCann Erikson para os 2º e 3º Dias Metropolitanos será mantido, incorporando o tema da cultura de paz. Decidiu ainda publicar a terceira edição do Boletim Informativo do Fórum Metropolitano e realizar a cerimônia de entrega do 2º Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no dia do evento.

Por fim, a próxima plenária foi marcada para o dia 25 de novembro de 2004, após as eleições municipais e foi decidido que os novos prefeitos eleitos seriam convidados para participar. Nada mais havendo a tratar, o coordenador geral, prefeito Lacir Balduino agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 14ª REUNIÃO PLENÁRIA

02 DE DEZEMBRO DE 2004

Realizou-se no dia 02 de dezembro de 2004, das 10:00hs às 12:30hs, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, Av. Paulista 119, 1º andar, a décima quarta reunião plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral do Fórum, prefeito Lacir Balduso (Itapeverica da Serra) com a presença dos prefeitos coordenadores de Grupo de Trabalho Elói Pietá (Guarulhos), Raul Silveira Bueno Júnior (Pirapora do Bom Jesus) e Lener do Nascimento Ribeiro (São Lourenço da Serra), do coordenador Benedito Mariano (Secretário de Segurança Urbana de São Paulo) e dos prefeitos eleitos de Osasco, Emídio de Souza, e de Itapeverica da Serra, Jorge Costa. Contou ainda com a presença do vice-prefeitos de Embu e de Ribeirão Pires e de representantes dos municípios de Arujá, Cajamar, Cotia, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Mauá, Mogi das Cruzes, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Suzano. Além dos prefeitos, vice-prefeitos e representantes mencionados acima, estiveram presentes à reunião representantes do deputado Estadual Vanderlei Siraque, do deputado Federal Walter Feldman, da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitana (EMPLASA), do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV), da Polícia Militar, da FETCESP, da Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado, da Associação Paulista das Guardas Civis, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), do Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI) e a equipe da Secretaria Executiva do Fórum/Instituto São Paulo Contra a Violência.

O coordenador-geral do Fórum, prefeito Lacir Baldusco, abriu a reunião compondo a mesa com os coordenadores dos grupos de trabalho presentes, prefeitos Elói Pietá (GT de Informações Criminais), Raul Silveira Bueno Júnior (GT de Comunicação Social) e Benedito Mariano (Guardas Municipais). Em seguida, passou a palavra para o presidente do Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco, que apresentou os resultados gerais do Fórum Metropolitano, desde a sua criação em março de 2001 e em seguida, Carolina



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Ricardo, do Instituto São Paulo Contra a Violência, continuou apresentando os principais resultados dos Grupos de Trabalho.

Em seguida, o prefeito Raul Bueno Júnior, coordenador do GT de Comunicação Social explicou as atividades do GT e apontou a relevância dos trabalhos do Fórum Metropolitano ao longo dos quatro anos. O prefeito Elói Pietá, coordenador do GT de Informações Criminais, enfatizou que a efetiva participação dos municípios contribuiu muito para a melhoria da segurança pública, que o Fórum tem um papel de vanguarda na tendência de articulação metropolitana que começa a se verificar no Brasil e fora dele, que é importante que o Governo do Estado se abra mais ao diálogo com o Fórum Metropolitano e que é importante que este avance institucionalmente.

Benedito Mariano, coordenador do GT das Guardas Municipais ressaltou que o Fórum Metropolitano contribuiu para a criação de diretrizes comuns sobre prevenção da violência e que, especificamente, o GT das Guardas contribuiu para a alteração do Estatuto do Desarmamento autorizando o porte por guardas municipais, para a discussão sobre a regulamentação do papel das Guardas Municipais. Por fim, ele enfatizou a importância da criação efetiva do Sistema único de Segurança Pública (SUSP).

Em seguida, o prefeito Lacir Baldusco propôs a criação de uma Comissão de Transição para a continuação das atividades do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A proposta aprovada foi de que a Comissão será composta pelos prefeitos presentes e de que a eleição da próxima coordenação será feita na primeira plenária de 2005:

Lacir Baldusco – Itapeçerica da Serra

Elói Pietá – Guarulhos (reeleito)

Lener do Nascimento Ribeiro – São Lourenço da Serra

Raul Bueno Silveira – Pirapora do Bom Jesus (reeleito)

Emídio de Souza – Osasco (eleito)

Jorge Costa – Itapeçerica da Serra (eleito)

Em seguida, o representante da Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública, Túlio Kahn, afirmou que o Infocrim foi expandido para 42 municípios do Estado, que podem ter acesso à base completa das informações através das polícias e que as prefeituras que tem acesso direto aos mapas e dados, acessam uma base bem mais restrita, mas que isso será revisto



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

pela SSP. Ele enfatizou também que mais importante que os dados em si, é o trabalho de planejamento e gestão que se faz com eles.

O Cel. Casado, Comandante do Policiamento da Capital, sugeriu que o Comando do Policiamento da Capital e o Comando do Policiamento Metropolitano sejam convidados para todas as plenárias para que possam participar ativamente dos trabalhos do Fórum Metropolitano.

Rosier Custódio, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, informou que a implantação do SUSP teve início em 2003 e que o SUSP é uma integração entre Estado, Municípios e Governo Federal, na qual a competência natural de cada ente não deixa de ser reconhecida e respeitada. Ela lembrou que a lei do Fundo Nacional de Segurança Pública foi alterada, possibilitando que mesmo os municípios que não tem guarda municipal tenham acesso aos recursos do Fundo e colocou a SENASP à disposição dos municípios a partir do início de 2005.

O prefeito eleito de Osasco, Emídio de Souza, se colocou à disposição do Fórum Metropolitano de Segurança Pública e salientou que é preciso rever a política de distribuição do efetivo policial no Estado. O Cel. Casado informou que o Comando Geral da Polícia Militar definiu novos parâmetros para a distribuição do efetivo.

O prefeito Lacir Baldusco sugeriu convidar o Comandante Geral da PM para a primeira plenária de 2005, para expor os critérios de distribuição do efetivo policial no Estado, bem como que a nova coordenação do Fórum estude uma forma mais efetiva de participação da PM no Fórum.

Benedito Mariano sugeriu que haja participação efetiva do Comando Metropolitano e do Comando da Capital da Polícia Militar nos trabalhos do Fórum e sugeriu que o Fórum converse com o Secretário da Segurança Pública para que as questões referentes aos municípios sejam consideradas na política de segurança pública do Estado.

O representante da Emplasa, Marcos Campagnone, iniciou sua intervenção explicando que a Emplasa tem trabalhado no desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo e que há um projeto de institucionalidade para a Região, que conta com mais de 18 milhões de habitantes. Ele informou que há um projeto de lei que cria um modelo de gestão para a RMSP, com um Conselho de Desenvolvimento da RMSP, uma Agência e um Fundo. A idéia é que seja um



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

modelo de gestão compartilhada e que seja aprovado em forma de lei pela Assembléia Legislativa do Estado. Está à disposição no web-site da Emplasa o material dos encontros de planejamento para a RMSP.

O prefeito Elói Pietá sugeriu transformar o Fórum Metropolitano em um Conselho da Região Metropolitana, com participação dos prefeitos, do Comando da Capital e Metropolitano, dos Delgados da Demacro e Decap, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Federal, do Instituto São Paulo Contra a Violência e outra(s) entidades da sociedade civil.

O representante de São Bernardo do Campo, Cel. Antonio Branco, alertou para o risco de esvaziamento do Fórum Metropolitano no caso de criação de uma outra instância metropolitana para tratar do tema da segurança pública. Rosier Custódio, da SENASP, ressaltou que não é o caso de criar novas instâncias, mas de repensar a estrutura do Fórum, que já é uma iniciativa exitosa. Rosier fez uma sugestão, acolhida pelos presentes, de que o GT de Informações Criminais não se atenha a informações criminais e ao Infocrim, mas que trabalhe com outras informações (iluminação urbana, distribuição de equipamentos públicos, etc.) relevantes para a prevenção da violência e a segurança pública.

Eduardo Capobianco enfatizou a necessidade do Fórum Metropolitano dar um passo em direção a sua institucionalização. O prefeito Lener Nascimento sugeriu conferir personalidade jurídica ao Fórum.

Em seguida, o representante da Emplasa, Marcos Campagnone, esclareceu que o Fórum Metropolitano pode contribuir com a Emplasa participando do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, cuja criação está em estudo e que a Emplasa pode contribuir para o Fórum fornecendo informações sobre a Região Metropolitana. Ele esclareceu que a previsão é de que seja finalizado o Pacto pelo Desenvolvimento da Região Metropolitana no primeiro trimestre de 2005.

Por fim, o prefeito Lacir Balduino fez uma homenagem a Paulo Mesquita, secretário executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência, afastado por motivo de saúde, e desejando seu pronto restabelecimento. A próxima plenária, primeira de 2005, quando ocorrerá a eleição da nova coordenação, foi marcada para março de 2005. Nada mais havendo a tratar, o coordenador geral, prefeito Lacir Balduino agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 15ª REUNIÃO PLENÁRIA

31 DE MARÇO DE 2005

Realizou-se no dia 31 de março de 2005, com início às 9:00 horas, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, Rua Dr. Plínio Barreto, 285, Bela Vista, plenário, 3º andar, a décima quinta reunião Plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião contou com a participação de prefeitos e representantes de onze prefeituras das trinta e nove que integram o Fórum Metropolitano de São Paulo e subprefeitos e representantes de nove das trinta e uma Subprefeituras do Município de São Paulo. Estiveram presentes os prefeitos Elói Pietá (Guarulhos), Messias Cândido da Silva (Cajamar), José Benedito Pereira Fernandes (Santana de Parnaíba) e José Gregori (representante do prefeito José Serra, São Paulo). Estiveram representados os prefeitos de Diadema, Itapeverica da Serra, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Embu das Artes, Taboão da Serra e Ribeirão Pires. Além desses, encontravam-se presentes os subprefeitos Plínio Xavier Mendonça (Ipiranga) e Walter Tasch (Parelheiros) e os representantes das subprefeituras de Aricanduva, Butantã, Jabaquara, M'Boi Mirim, Pinheiros, Santo Amaro e São Miguel Paulista.

Para o desenvolvimento dos trabalhos foram eleitos o Coordenador Geral e os coordenadores dos Grupos de Trabalho, apontados da seguinte maneira:

- Coordenação Geral: Elói de Pietá - Prefeito de Guarulhos.
- GT Informações Criminais: José Merli – Prefeito de São Lourenço da Serra.
- GT Guardas Municipais: José Benedito Fernandes – Prefeito de Santana de Parnaíba.
- GT de Prevenção da Violência: José Gregori – Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo (representando José Serra, prefeito de São Paulo).
- GT Comunicação Social: José de Filippi – Prefeito de Diadema, representado pelo vice-prefeito, Joel Fonseca Costa.
- GT Política Criminal e Penitenciária: Messias Cândido da Silva – Prefeito de Cajamar.

O prefeito Elói Pietá, coordenador do FMSP, abriu a discussão falando sobre os Conselhos de Segurança Municipal (CONSEM). Na segunda parte do encontro, foi discutida a lei que regulamenta o horário de funcionamento dos



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

bares, conhecida como “Lei Seca”, implantada em 21 municípios da região metropolitana.

Uma análise preliminar apontou que estes dois mecanismos, ao funcionar adequadamente, podem ser instrumentos importantes para inibir e prevenir a violência no âmbito municipal. No entanto, torna-se necessário ampliar a discussão para medir a viabilidade destes instrumentos em cada um dos municípios.

De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, os municípios da Região Metropolitana que possuem conselhos de segurança municipal são:

- Arujá
- Caieiras
- Cajamar
- Barueri
- Diadema
- Guarulhos
- Jandira
- Osasco
- Santo André
- São Bernardo do Campo
- São Caetano do Sul

Em alguns municípios, a participação do prefeito nas discussões sobre segurança urbana se faz pelo CONSEG. São eles:

- Embu
- Franco da Rocha
- Guararema
- Itapeverica da Serra
- Mairiporã
- Mogi da Cruzes
- Poá
- Santana de Parnaíba
- São Lourenço da Serra
- São Paulo

Naquele momento, os demais municípios da região (Biritiba Mirim, Carapicuíba, Cotia, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Itapevi, Itaquaquecetuba, Juquitiba, Mauá, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista) não responderam ao levantamento, tornando inviável informar a situação dos conselhos.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Com relação “Lei Seca”, são vinte os municípios da Região Metropolitana de São Paulo que já a haviam implantado:

- Barueri
- Cotia
- Diadema
- Embu
- Embu-Guaçu
- Francisco Morato
- Ferraz de Vasconcelos
- Itapeçerica da Serra
- Itapevi
- Jandira
- Juquitiba
- Mauá
- Mogi das Cruzes
- Osasco
- Poá
- São Caetano do Sul
- São Lourenço da Serra
- Suzano
- Taboão da Serra
- Vargem Grande Paulista

Ao final, os presentes concluíram que em cidades menores - onde há apenas um Conselho de Segurança (CONSEG) – pode ser elaborado um o trabalho de prevenção e combate à violência com participação do prefeito no Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG), órgão regulamentado por lei estadual. Nas cidades maiores, onde existem mais de um CONSEG, é importante criar o CONSEM para garantir a participação do prefeito, delegados, comandantes da Polícia Militar local e da Guarda Civil Municipal (GCM). Com relação ao município de São Paulo, devido à composição em subprefeituras e ao número elevado de CONSEG (cerca de 100), seria necessário um estudo e uma discussão mais aprofundados sobre a melhor opção.

Concomitantemente, houve a concordância das prefeituras em fiscalizar e divulgar a lei que regulamenta o horário de funcionamento dos bares, visto que são itens fundamentais para que a lei ajude no combate e prevenção da violência. Foi unânime também a necessidade da “Lei Seca” ter consonância como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe venda de bebida alcoólica para menores de 18 anos, com fiscalização apropriada.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 16ª REUNIÃO PLENÁRIA

28 DE JULHO DE 2005

Realizou-se no dia 28 de julho de 2005, com início às 10:00 horas, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, Rua Dr. Plínio Barreto, 285, Bela Vista, plenário, 3º andar, a décima sexta reunião Plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião contou com a participação de onze prefeitos (dos municípios de Cajamar, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Santo André e São Lourenço da Serra), três vice-prefeitos (dos municípios de Diadema, Salesópolis, Suzano e Taboão da Serra) e representantes de nove municípios (Barueri, Cotia, Embu-Guaçu, Franco da Rocha, Mauá, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, São Paulo e Vargem Grande Paulista). Além desses, representantes das seguintes entidades: Comando de Policiamento Metropolitano, Comando de Policiamento da Capital, Departamento de Assuntos Municipais e Comunitários, Instituto de Segurança da Fundação Santo André, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), Disque Denúncia, Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI), Instituto Sou da Paz, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV) e Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides).

A reunião teve início com a discussão das prioridades para o ano de 2005. Em junho, ou julho, deveria haver a plenária com participação do governador/secretário da segurança para discutir a participação dos municípios na política de segurança pública do estado e em novembro, ou dezembro, a plenária com participação do secretário nacional de segurança pública para discutir a implementação do SUSP e guardas municipais. Além disso, as plenárias passariam a ser quadrimestrais ao invés de trimestrais, com temas específicos.

Observou-se que a cabia a coordenação geral discutir um modelo de institucionalização do Fórum Metropolitano de Segurança Pública (Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo e outras possibilidades), propor ao Banco Mundial a continuidade do trabalho de formação de gestores de políticas e programas de prevenção do crime e da violência e participar do Núcleo de Referência em Segurança Urbana (NUSUR).

O Grupo de Trabalho (GT) de **Informações Criminais** estaria incumbido de realizar reunião do Grupo de Administração do Infocrim para discutir a renovação dos convênios, os planos de prevenção da violência elaborados



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

pelos municípios e a estratégia para que todos os municípios assinem o convênio para o acesso aos dados do Infocrim. Também, continuar e acelerar o processo de assinatura dos convênios entre as prefeituras municipais e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (disponibilidade dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim para as prefeituras e desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência para a Região Metropolitana de São Paulo) e construir um banco de informações não criminais, com dados da saúde, educação, infra-estrutura urbana e outros da Região Metropolitana.

Competia ao GT de **Guardas Municipais** continuar o acompanhamento da legislação sobre a Guarda Municipal, contribuir para a definição do papel, atribuições, formação, gestão e demais características importantes para a consolidação de uma Guarda Municipal comunitária e preventiva e realizar outras edições do Estágio de Acompanhamento Profissional para as Guardas Municipais em parceria com a Polícia Militar.

O GT de **Prevenção da Violência** deveria monitorar a situação do programas e políticas de prevenção do crime e da violência na Região Metropolitana de São Paulo e incentivar a implementação desses programas pelos municípios da Região Metropolitana de São Paulo e acompanhar e apoiar o processo de municipalização da execução das medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo.

O GT de **Comunicação Social** estaria encarregado de manter e atualizar o *web-site* do Fórum Metropolitano de Segurança Pública (www.forumsp.org.br), realizar o 5º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, a 3ª Edição do Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública e a publicação do 3º Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Por fim, o GT de **Legislação e política criminal** e penitenciária deveria promover a discussão de leis e políticas na área criminal e penitenciária nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, acompanhar e apoiar a implementação da “lei seca” e incentivar os municípios a adotarem a lei que obriga a divulgação do Disque Denúncia nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 17ª REUNIÃO PLENÁRIA

31 DE MAIO DE 2006

Realizou-se no dia 31 de maio de 2006, com início às 9:30 horas, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, situada à Rua Dr. Plínio Barreto, 285, Bela Vista, 3º andar, a décima sétima reunião Plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião contou com a participação de quatorze prefeitos da Região Metropolitana: de Arujá, Genésio Severino da Silva, de Cajamar, Messias Cândido da Silva, de Diadema, José de Filippi Júnior, de Guarulhos, Eloi Alfredo Pietá de Itapeverica da Serra, Jorge José da Costa, de Itapevi, Maria Ruth Banholzer, de Osasco, Emídio de Souza, de Pirapora do Bom Jesus, Raul Silveira Bueno Junior, de Santana de Parnaíba, José Benedito Pereira Fernandes, de Santo André, João Avamileno, de São Bernardo do Campo, William Dib, de São Lourenço da Serra, José Merli, de São Paulo, Gilberto Kassab e de Taboão da Serra, Evilásio Cavalcante de Farias. Também estavam presentes, o ex-ministro da Justiça José Gregori, o Secretário de Planejamento de Osasco Benedito Mariano, o secretário de habitação e desenvolvimento urbano do município de São Paulo Orlando de Almeida Filho, o Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual Ivandir Dantas e representantes das prefeituras de Jandira, o vice-prefeito Miro Táxi, de Barueri, de Caieiras, de Embu-Guaçu, de Franco da Rocha, de Mogi das Cruzes e de São Caetano do Sul. Além destes, estavam representados órgãos de segurança pública, entidades e associações da sociedade civil que desenvolvem projetos e fazem mobilização por políticas de combate à violência.

O prefeito Elói Pietá, coordenador geral do Fórum Metropolitano de Segurança Pública desde março de 2005 até o presente momento, principiou à reunião plenária indicando os assuntos a serem tratados. Em um primeiro instante, haveria a apresentação das atividades realizadas e dos resultados obtidos pela atual coordenação. Em um segundo instante, seria feita a eleição de uma nova coordenação e a definição de suas prioridades.

Formaram à mesa plenária os seguintes componentes: Elói de Pietá, Prefeito de Guarulhos (Coordenação Geral); José Merli, Prefeito de São Lourenço da Serra (Grupo de Trabalho (GT) de Informações Criminais); José Benedito Fernandes, Prefeito de Santana de Parnaíba (Grupo de Trabalho das Guardas Municipais); José Gregori, presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo (Grupo de Trabalho de Prevenção da Violência); José de Filippi, Prefeito de Diadema (Grupo de Trabalho de Comunicação Social); e



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

Messias Cândido da Silva, Prefeito de Cajamar (Grupo de Trabalho de Política Criminal e Penitenciária).

Além desses, compuseram a mesa Gilberto Kassab, prefeito de São Paulo, Túlio Kahn, coordenador da Coordenadoria de Análise e Pesquisa da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e, pelo Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco, presidente da diretoria, e José Roberto Belintani, superintendente. Inicialmente, Elói de Pietá destacou a importância do trabalho do Instituto São Paulo Contra a Violência na execução da Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Diante disso, pôs-se a ratificar a importância do papel do Fórum Metropolitano. Foram lembradas as ocorrências de violência ocorridas em São Paulo no mês de Maio. Ressaltou-se que um dos principais problemas (que contribuíram para a ocorrência daquela crise na segurança pública) foi a falta de entrosamento entre as instituições de segurança.

Assim sendo, conclui-se que um dos principais resultados obtido pelo Fórum Metropolitano os últimos anos compreendeu o desenvolvimento do entrosamento entre os municípios (que atuam na área de prevenção da violência e no apoio ao trabalho das polícias estaduais) no âmbito metropolitano. O prefeito Elói Pietá ponderou ainda sobre a lei que regulamenta o horário de funcionamento dos bares, conhecida como “Lei Seca”, apontando-a como um importante instrumento de inibição e prevenção da violência.

A palavra foi passada a Eduardo Capobianco, presidente da diretoria do Instituto São Paulo Contra a Violência, que lembrou a redução do número de homicídios em São Paulo. Fato que surge como um indício de que a ação integrada contra a violência e a criminalidade, quando o Fórum surge como um ator significativo, começa a apresentar resultados.

Por fim, deliberou-se sobre a eleição do novo Coordenador Geral e dos novos coordenadores dos Grupos de Trabalho do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

A nova coordenação do Fórum Metropolitano foi constituída da seguinte maneira:

- Coordenação Geral: Gilberto Kassab - Prefeito de São Paulo;
- Vice-coordenador: José de Filippi – Prefeito de Diadema;
- GT Comunicação Social: William Dib, Prefeito de São Bernardo do Campo;
- GT de Prevenção da Violência: José Gregori – Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo;



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- GT Guardas Municipais: Elói de Pietá – Prefeito de Guarulhos;
- GT Informações Criminais: Maria Ruth Banholzer – Prefeita de Itapevi.
- GT Política Criminal e Penitenciária: Messias Cândido da Silva – Prefeito de Cajamar.

Para a conclusão dos trabalhos do Fórum, a palavra foi dada ao novo coordenador geral do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, o prefeito Gilberto Kassab.

Gilberto Kassab pede um minuto de silêncio em homenagem aos policiais mortos pelo crime organizado nos atentados ocorridos no mês de Maio. Feita a homenagem foram chamados à mesa plenária os prefeitos eleitos para gerir os Grupos de Trabalho do Fórum.

No seu discurso, o prefeito Gilberto Kassab observou que a cabe à nova coordenação geral manter a unidade nas ações contra a violência, mas que ainda cabe à nova coordenação empreender ações contra o crime organizado, em auxílio ao Governo do Estado. Em curto prazo, dever-se-ia buscar essa união de forças entre Município se e Governo e sensibilizar a opinião pública sobre a importância do Fórum Metropolitano e de suas obras.

Além disso, destacaram-se iniciativas como a implantação de “chips” para rastrear veículos suspeitos de envolvimento em crimes, a parceria entre as policias, militar e federal, e às guardas civis metropolitanas, a redução da disparidade dos efetivos policiais entre os municípios paulistas e a diminuição de fragilidade dos sistemas de segurança pública (fragilidade demonstrada pelos atentados ocorridos no mês de Maio).

Por fim, fica estabelecido que coordenadores dos Grupos de Trabalho devem preparar pautas de trabalho, com sugestões complementares ou substitutivas, e enviá-las aos demais prefeitos – pautas que serão avaliadas, o mais brevemente possível, em reunião a ser marcada. Estabelece-se também a solicitação de uma reunião de trabalho com o Governador e seus secretários e com o Ministro da Justiça.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO PAULO

ATA DA 18ª REUNIÃO PLENÁRIA

13 DE FEVEREIRO DE 2007

Realizou-se em 13 de fevereiro de 2007, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, situada à Rua Dr. Plínio Barreto, 285, Bela Vista, 3º andar, a décima oitava reunião Plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A reunião contou com a participação onze prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo: de Cajamar, Messias Cândido da Silva, de Carapicuíba, Fuad Gabriel Chucre, de Diadema, José de Filippi Júnior, de Guarulhos, Eloi Alfredo Pietá, de Itapeverica da Serra, Jorge José da Costa, de Itapevi, Maria Ruth Banholzer, de Poá, Roberto Marques, de Santana de Parnaíba, José Benedito Pereira Fernandes, de São Bernardo do Campo, William Dib, de São Paulo, Gilberto Kassab, e de Taboão da Serra, Evilásio Cavalcante de Farias. Estavam presentes ainda, os viceprefeitos Miro Táxi, de Jandira, Walter Figueira Júnior, de São Caetano do Sul, João Koga, de São Lourenço da Serra, Mauro Vaz, de Suzano e representantes dos municípios de Cotia, Embu-Guaçu, Jandira, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Ribeirão Pires, Santo André e Suzano. Também participaram do Fórum Metropolitano de Segurança Pública (FMSP) o Sr. Abraham Szajman (Presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado de São Paulo e do conselho deliberativo do Instituto São Paulo Contra a Violência - ISPCV), o Sr. Ronaldo Augusto Bretas Marzagão (Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo), o Sr. Eduardo Ribeiro Capobianco (Presidente da diretoria do ISPCV), o Sr. Mário Jordão Toledo Leme (Delegado Geral da Polícia Civil), o Coronel PM Roberto Antonio Diniz (Comandante geral da Polícia Militar), o Sr. Celso Periole (Superintendente da Polícia Técnico-Científica), o Sr. Antonio Funari Filho (Ouvidor de Polícia), o Sr. Túlio Kahn (Coordenador de Análise e Planejamento na Coordenadoria de Análise e Planejamento), o Sr. Sanenari Oshiro (Coordenador dos Consegs), o Sr. Jurandir Correia de Sant'Anna, Delegado de Polícia Titular da 5ª Delegacia Seccional, o Sr. Marco Antonio Ribeiro de Campos (Delegado de Polícia Chefe da Assistência Policial Civil), o Sr. Maurício José Lemos Freire (diretor do Departamento de Registros Diversos), o Sr. Ruy Estanislau Silveira Mello (Detran), o Sr. Alberto Silveira Rodrigues (ex-Comandante- Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo), o Sr. Aldo Galiano Júnior (diretor do Departamento de Polícia Judiciária), o Sr. Valter Moura (presidente da Associação Comercial e Industrial de São Bernardo do Campo), o Sr. José Gregori (Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo). Além desses, estavam representados órgãos de segurança pública, entidades e associações da sociedade civil que desenvolvem projetos e mobilizações por políticas de combate à violência.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

A reunião foi iniciada com a apresentação dos integrantes da Mesa Coordenadora do Fórum Metropolitano. Compuseram a mesa o Sr. Gilberto Kassab (coordenador geral do FMSP), o Sr. Abraham Szajman, o Sr. Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, o Sr. Eduardo Ribeiro Capobianco, o Sr. Mário Jordão Toledo Leme, o Coronel PM Roberto Antonio Diniz, o Sr. Celso Periole, o Sr. José de Filippi Júnior (vice-coordenador do FMSP), o Sr. José Gregori (coordenador do Grupo de Trabalho - GT - de Prevenção da Violência) o Sr. Elói de Pietá (coordenador do GT das Guardas Municipais), a Sra. Maria Ruth Banholzer (coordenadora do GT de Informações Criminais), o Sr. William Dib (coordenador do GT de Comunicação Social), o Sr. Messias Cândido da Silva (coordenador do GT de Política Criminal e Penitenciária) e o Sr. José Roberto Bellintani (superintendente do ISPCV, responsável pela coordenação da Secretaria Executiva do FMSP).

O Sr. Abraham Szajman principiou à reunião plenária agradecendo a presença de todos e observando a grande mobilização conseguida pelo FMSP. A palavra é passada para o prefeito Gilberto Kassab.

O Sr. Gilberto Kassab agradece o acolhimento e o apoio da Federação do Comércio ao FMSP e dá as boas vindas aos presentes. O prefeito de São Paulo ressalta a importância do FMSP em uma fase de constituição de um novo Governo e em um momento em que se sente a preocupação da população paulista e paulistana com os temas da violência e do bem-estar social. Lembra, Gilberto Kassab, que estas também são preocupações do FMSP, organização que busca constantemente alinhar-se com as ações dos poderes nos âmbitos estadual e federal.

O prefeito Gilberto Kassab dirige-se ao Sr. Ronaldo Augusto Marzagão e expõe que um dos principais objetivos da reunião é dar-lhe as boas vindas e colocar todo o FMSP à disposição da Secretaria de Segurança Pública, que o Sr. Secretário entenda o Fórum como um meio para que os Municípios possam contribuir com a política de segurança pública proposta e desenvolvida pelo Governo do Estado de São Paulo.

Passada a palavra ao Secretário de Segurança Pública do Estado, ele saúda a todos e relata que pretende falar brevemente a respeito de políticas públicas de segurança em alguns de seus pontos básicos. Inicialmente, o Sr. Ronaldo Marzagão diz que a sociedade democrática almeja uma polícia que atue em um ponto de equilíbrio entre a liberdade individual e a segurança coletiva, pois só assim será assegurada a ordem pública e o respeito à cidadania – “este é o postulado fundamental da política de segurança pública do Estado de São Paulo”.

Sinteticamente, os outros pontos básicos levantados pelo senhor secretário são:



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

- a integração operacional das polícias civil, militar e técnico-científica;
- a preferência à qualidade ao invés da quantidade – visando o fato de que um policial capaz, bem treinado e munido de equipamentos adequados, torna-se mais eficiente que diversos policiais precariamente instruídos e mal equipados;
- o prestígio ao policial de rua;
- a simplificação da organização do sistema policial – tornando o policiamento tão ágil quanto possível;
- o impedimento do desempenho de funções administrativas por policiais e do afastamento de policiais de suas carreiras – otimizando o efetivo policial existente;
- uma política salarial justa que proporcione aos policiais condições para que possam prestar serviços de qualidade à população e oferecer uma vida digna à sua família;
- a constante melhoria na formação dos policiais;
- a ênfase da atuação das Corregedorias de Polícia nas apurações das infrações e irregularidades cometidas por policiais e na orientação para que novas faltas não ocorram – resultando no aumento da credibilidade e do prestígio das polícias frente à população;
- o investimento na inteligência policial;
- o combate ao crime organizado, especialmente ao tráfico de drogas e crimes correlatos;
- a ação coordenada entre Estado e Municípios.

Por fim, o Sr. Ronaldo Marzagão ressalta a importância de manter de uma contínua relação institucional entre todos os órgãos, em todas as esferas do poder público que trabalham com a finalidade de prover segurança à população.

A palavra é passada aos demais integrantes da mesa, iniciando com prefeita de Itapevi. A Sra. Maria Ruth Banholzer adverte sobre o valor das Guardas Municipais, sobre a emergência de se dar maior legalidade à atuação destas corporações e sobre a necessidade da integração das Guardas com as polícias. Guardas que hoje não se destinariam apenas à proteção de bens e instalações pertencentes aos municípios, mas que também auxiliam na preservação da ordem pública, na incolumidade das pessoas e na proteção dos munícipes.

O prefeito de Guarulhos é segundo a tomar a palavra. O Sr. Elói de Pietá lembra que FMSP existe há quase seis anos e que um de seus principais méritos, no decorrer deste período, foi integrar prefeitos e prefeituras nos assuntos de segurança pública. Prefeituras que atualmente sentem-se



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

responsáveis pelas ações de prevenção contra o crime e a violência. Elói de Pietá assinala ainda a importância das Guardas Municipais, do apoio explícito do Governo do Estado de São Paulo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite aos municípios zelar pela segurança dos cidadãos, da criação de canais formais de comunicação dos prefeitos com a Secretaria de Segurança Pública e da permanência da política de redução de homicídios como prioridade do FMSP. Além disso, propõe que despesas relacionadas com as polícias (alugueis, manutenção de viaturas etc), que são custeadas pelas prefeituras, sejam assumidas pelo Estado para que os municípios possam direcionar este recurso para as suas Guardas ou para programas de segurança pública, em comum acordo com o Governo paulista.

O Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, Sr. José Gregori, é o terceiro a receber a palavra. Neste momento, ele adverte que a segurança é uma questão de Estado, não de Governo, de partido ou de sigla eleitoral. Um mandamento que FMSP tem colocado em prática; fazendo do Fórum Metropolitano um local de colaboração.

O Sr. Eduardo Ribeiro Capobianco, presidente da diretoria do ISPCV, em sua fala relembra a redução de homicídios em São Paulo. Fato que estaria relacionado também à maturidade política existente no Estado, amadurecimento representado pelos presentes no FMSP: secretário, prefeitos e representantes de instituições públicas e da sociedade civil.

Diante disso, o presidente do Instituto São Paulo Contra Violência felicita o Sr. Secretário de Segurança Pública pela exposição e nota o valor de lembrar a presença da sociedade civil como elemento fundamental para a solução dos problemas relacionados à segurança pública e de utilizar a análise de dados como fundamento para as políticas públicas de segurança.

O Sr. Abraham Szajman complementa a declaração anterior proferindo que as associações empresariais estão imbuídas do propósito de auxiliar o poder público na redução da criminalidade. Uma evidência que se percebe ao observar organizações como o Instituto São Paulo Contra a Violência que congrega, além de associações empresariais, instituições acadêmicas, associações comunitárias e organizações da mídia.

O Coronel PM Roberto Antonio Diniz expressa o reconhecimento aos trabalhos realizados pelas prefeituras, enfatizando o modo como têm sido tratadas as questões da criminalidade e prevenção da violência. O Comandante geral da Polícia Militar ressalta também a disposição da PM para a articulação de trabalhos conjuntos com os Municípios.

Com a palavra, o Sr. Mário Jordão Toledo Leme lembra a recente história do município de Diadema que por muitos anos esteve entre as cidades com maiores índices de homicídios no Estado de São Paulo e que hoje, devido à



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

mobilização e união da comunidade e dos poderes públicos, serve de exemplo para todo o país.

Coube ao Sr. Celso Periole evidenciar a atuação da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, que composta pelo Instituto Médico Legal (presente em dez municípios) e pelo Instituto de Criminalística (presente em seis municípios), é responsável por produzir a prova técnica, elemento basilar para a condenação de responsáveis por crimes e delitos. Ação que recebe importantes contribuições do poder público municipal.

Em sua fala, o Sr. Messias Cândido da Silva reforça a necessidade de oferecer especial atenção as Guardas Municipais, principalmente nos pequeno municípios. No mesmo sentido, o Sr. José de Filippi Júnior enfatiza ser 2007 um ano de muito trabalho, um ano que a demanda da sociedade paulista por mais segurança pode ser atendida por intermédio de esforços conjuntos.

A palavra volta ao Sr. Gilberto Kassab. O Prefeito de São Paulo assevera que as posições apresentadas traduzem de maneira uniforme as principais preocupações e as principais idéias que envolvem a cooperação entre os municípios e o Estado para a segurança pública e defesa do cidadão. Ademais, propõe-se uma rápida discussão com alguns dos presentes antes de retornar a palavra para o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

O presidente da mesa dá a palavra ao prefeito de Taboão da Serra. O Sr. Evilásio Cavalcante de Farias destaca a possibilidade de adoção da lei de fechamento de bares (conhecida como “Lei Seca”) no âmbito estadual, de melhor aparelhar as Guardas Municipais com auxílio do Governo do Estado e de oferecer maior apoio ao egresso do Sistema Penitenciário.

O Sr. Denis Mizne, diretor do Instituto Sou da Paz, toma a palavra para destacar a importância do diálogo entre polícias e sociedade civil e de programas de combate à violência que procuram integrar o poder público com a sociedade.

O diretor regional da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Sr. Ricardo Lerner, destaca a pertinência da presença no FMSP de representante(s) do Ministério Público e a necessidade da moderna gestão da inteligência policial.

O Sr. Paulo de Mesquita Neto, coordenador da área de monitoramento dos Direitos Humanos do Núcleo de Estudos da Violência, lembra de uma iniciativa do FMSP menos comentada, mas fundamental, o compartilhamento das estatísticas criminais, em troca do desenvolvimento de programas de prevenção do crime e da violência.



Fórum Metropolitano
de Segurança Pública

O diretor do Demacro, Sr. Nelson Silveira Guimarães, adverte sobre a melhora dos índices de criminalidade, fato que deve ser diretamente relacionado ao trabalho da polícia e dos policiais. Homens e mulheres que merecem maior reconhecimento a fim de ratificar o seu valor.

A Sra. Maria Ruth Banholzer pede a palavra e ressalta a ação de policiais civis e militares, mas afirma a emergência de uma ação efetiva junto ao Ministério Público, pois muitos profissionais responsáveis pela aplicação da lei são hoje cerceados em seu trabalho por algumas determinações legais.

O rabino Henri Sobel destaca a violência como o principal problema social de São Paulo e defende que, em curto prazo, se deve intensificar o policiamento ostensivo.

O prefeito Gilberto Kassab retoma a fala e chama atenção dos prefeitos para a realização de um debate para o aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em seguida, o prefeito de São Paulo dirige-se ao Sr. Ronaldo Marzagão e sugere a adoção para a Grande São Paulo, sob a coordenação do Governo do Estado, do programa de monitoramento de veículos e do sistema de monitoramento por câmeras.

Por fim, o Sr. Gilberto Kassab agradece a todos e concede a palavra ao Secretário de Segurança Pública. O Sr. Ronaldo Augusto Bretas Marzagão relata que registrou as idéias e propostas apresentadas, que algumas não são de competência do Estado, mas que todas serão objetos de discussões. Também ressalta a importância das Guardas Municipais, das parcerias dos poderes públicos e da participação da sociedade civil para a implementação de ações de combate à violência.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.